

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

DANIEL SILVA LINDOSO

ANJO DA GUARDA: entre cinzas de palafitas e Distrito Industrial

São Luís
2017

DANIEL SILVA LINDOSO

ANJO DA GUARDA: entre cinzas de palafitas e Distrito Industrial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção de grau em História Licenciatura.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Júlia Constança Pereira Camêlo

São Luís

2017

Lindoso, Daniel Silva.

Anjo da Guarda: entre cinzas de palafitas e Distrito Industrial / Daniel Silva Lindoso. – São Luís, 2017.

87 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

DANIEL SILVA LINDOSO

ANJO DA GUARDA: entre cinzas de palafitas e Distrito Industrial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção de grau em História Licenciatura.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Júlia Constança Pereira Camêlo

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Júlia Constança Pereira Camêlo (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão

Professor Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva

Universidade Estadual do Maranhão

Professor Dr. Carlos Alberto Ximendes

Universidade Estadual do Maranhão

À Dona Ray, minha eterna e amada mãe. A pessoa que me deu carinho, atenção e acreditou no meu potencial. Que sua vida seja eterna e será, pois viverá em meu coração. Amo-te.

AGRADECIMENTOS

A Dona Ray, minha mãe, por todas as coisas possíveis que uma mãe pode fazer a um filho. Ser seu filho é um privilégio. Obrigado por me tornar um privilegiado.

A dona Marly Alves, por todo carinho e amor que dedicou à minha família ao longo dos anos. Minha avó da parte do amor.

A João Batista Gomes. Joca, sua companhia ao longo dos anos me ensinou a ser um homem honrado e de responsabilidade. Muito do que sou devo a ti.

Ao meu pai, José Carlos Ferreira Lindoso, pelas histórias contadas sobre suas aventuras na Madre Deus.

A minha companheira e mãe do meu filho, Priscila Thayná. Serei eternamente grato pelo apoio e, sobretudo, compreensão da minha ausência nesse período monográfico. Seu incentivo foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus irmãos por todo apoio, carinho e amizade de vocês. Sem nossas aventuras eu nada seria.

A meus grandes amigos de graduação e vida, Luciano de Lima Sousa, Danilo Feitosa, Francisco Lima, Silmara Costa e Karina Ribeiro. Os senhores tornaram a minha jornada acadêmica prazerosa, alegre e feliz. Muito obrigado.

A professora Júlia Constança, por toda sua paciência, compreensão e dedicação para que esse trabalho saísse do campo das ideias para a prática. Meus mais sinceros agradecimentos.

A turma 2012.1 do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. Inúmeras aventuras percorridas juntos ao longo de mais de quatro anos.

A todos os funcionários do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. Felicidades a cada um dos senhores (a).

Enfim, quero agradecer a todos os meus alunos, colegas de trabalho e àqueles que acreditaram no meu sucesso. Muito obrigado.

“Se você não cuidar, os jornais farão você odiar as pessoas que estão sendo oprimidas, e amar as pessoas que estão oprimindo.”

Malcolm X

RESUMO

Em meados da década de 1950, São Luís passou por um processo de ocupação urbana desenfreada e se assentou nos anos 1960 e 1970. Uma das consequências imediatas foi a ocupação das margens dos rios Anil e Bacanga com a construção de casas sobre eles, conhecidas como palafitas. Este trabalho mostra uma versão de como palafitas foram incendiadas na periferia do centro da capital do Maranhão, e a população foi transferida para criação do bairro, Anjo da Guarda, próximo ao Distrito Industrial do Itaqui, em São Luís do Maranhão. E o objetivo era atender um projeto do governo José Sarney de extinguir as casas de palhas e assoalhos. Ademais, o estudo também percebe o jogo político dos jornais que noticiavam os acontecimentos.

Palavras-chave: Palafitas. Bairro. Cidade. Distrito Industrial do Itaqui. São Luís

ABSTRATC

In middle of the decade of 1950, Saint Louis passed for a process of wild urban occupation and if it seated in years 1960 and 1970. One of the immediate consequências was the occupation of the edges of the rivers Anil and Bacanga with the construction of houses on them, known as stilt. This work shows a version of as palafitas they had been set on fire in the periphery of the center of the capital of the Maranhão, and the population was transferred to creation of the quarter, Angel of Guarda, next to the Industrial District to the Itaquí, in Saint Louis of the Maranhão. And the objective age to take care of to a project of the government Jose Sarney to extinguish the houses of straws and wooden floors. Also, the study also perceives the game politician of the periodicals that notified the events.

Keywords: Stilts. Neighborhood. City. Itaquí Industrial District. Saint Louis.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1: Na imagem, ao fundo, podemos observar a ponte sobre o Rio Anil que liga a cidade velha a nova, tirada em 1977..... 38
- FIGURA 2: Nessa fotografia podemos observar a ponte Governador José Sarney no momento de sua construção na Véspera do Natal de 1968. 40
- FIGURA 3: Visão das periferias centrais da cidade de São Luís de 2017. 43
- FIGURA 4: Podemos perceber os alagados da Avenida Kennedy, periferia de São Luís, morando em palafitas. Situação desumana de habitação..... 45
- FIGURA 5: Não é possível ler a reportagem completa. Todavia, o título da matéria deixa claro o incêndio no bairro da Liberdade, subúrbio de São Luís. 52
- FIGURA 6: Imagem retirada do Jornal O Imparcial em sua capa da edição de 16 de outubro de 1968. 54
- FIGURA 7: Fotografia das casas de assoalho construídas na Vila Anjo da Guarda e entregues aos alagados do bairro do Goiabal. 60
- FIGURA 8: Área da Madre Deus sendo aterrada e ligando-se à margem que dá acesso ao Itaqui-Anjo da Guarda. 65
- FIGURA 9: Nesta imagem temos o primeiro registro do Teatro Itapecuraiá que está no site do Grupo Grita, responsável pela administração do espaço. 66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. DIÁLOGOS SOBRE O CONCEITO DE CIDADE E SEU SURGIMENTO.....	14
1.1 O ESPAÇO SOCIAL DENOMINADO DE BAIRRO.....	19
1.2 UMA NOVA APLICAÇÃO PARA O BAIRRO: PERIFERIA.....	23
2. A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS DA CAPITAL LUDOVICENSE.....	34
2.1 AS CLASSES ELITISTAS ABANDONAM O CENTRO	37
2.2 O COTIDIANO NAS PERIFERIAS LUDOVICENSE	40
3. DO INCÊNDIO NO GOIABAL AO BAIRRO DO ANJO DA GUARDA:	51
3.1 Prelúdios de uma Tragédia	51
3.2 O SINISTRO DO GOIABAL, A CETRAP E O ANJO A GUARDA	54
3.3 A ESCOLHA DA ÁREA, DO NOME E A BARRAGEM DO BACANGA	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS	70
ANEXOS	76

INTRODUÇÃO

O bairro do Anjo da Guarda é, constantemente, chamado de periferia. Esse termo é dotado de inúmeros preconceitos que serão debatidos ao longo do texto. Porém, no presente trabalho, busco compreender o porquê do surgimento do bairro do Anjo da Guarda, quais motivos levaram os ludovicenses a se deslocarem para a região e por qual razão ele é um dos maiores da cidade de São Luís, concentrando uma população de baixa renda.

Para tal empreitada, utilizei-me de duas entrevistas com pessoas que moravam em regiões periféricas da região central da capital maranhense e de periódicos que circulavam no período entre as décadas de 1950 e 1970. O objetivo foi contrapor as diversas fontes e ter uma melhor análise do ocorrido.

Além disso, analisei obras de bairros surgidos na cidade de São Luís em período equivalente para comparar as formas e motivos que levaram ao surgimento desses bairros em comparação com o Anjo da Guarda.

Portanto, no primeiro capítulo procuro debater sobre o motivo que levou ao surgimento das primeiras cidades nas civilizações sedentárias, perpassando pelo desenvolvimento delas até seu apogeu no mundo antigo com o Império Romano e o processo de decadência do modo de vida urbano na parte ocidental da Europa e o ressurgimento das mesmas com as independências dos burgos e da transformação de algumas feiras em cidades.

Ademais, continuo debatendo sobre as cidades, mas com um caráter mais específico que surge com o advento do capitalismo industrial (Hobsbawm, 1977), a subdivisão em bairros. E, posteriormente, aparição do espaço denominado periferia.

Seguindo, no segundo capítulo, investiguei a aparição dos subúrbios ludovicenses. Respondi algumas perguntas: por que existem bairros reservados às classes ricas e pobres? Por que São Luís teve uma evasão no bairro da Praia Grande que, tradicionalmente até a primeira metade do século XX, era ocupada pelas elites da sociedade maranhense? Por que há um aumento extremamente acelerado na população da cidade de São Luís na segunda metade do século XX?

Nesse capítulo, ainda, realizei uma análise historiográfica acerca do processo de êxodo rural e a grilagem. Esses dois processos, como chegue a conclusão, estão diretamente ligados à periferização de São Luís.

No terceiro e último capítulo, depois de verificar o cotidiano dos palafitados da capital maranhense, tem-se a análise de diversas ocorrências de incêndios em palafitas sem que houvesse uma intervenção pública.

Após isso, busquei analisar os periódicos que informaram o incêndio do bairro do Goiabal que será o pontapé inicial para o surgimento do bairro do Anjo da Guarda. Além disso, pude perceber a atuação do governo do Estado no deslocamento das vítimas desse incêndio através da Comissão Executiva de Transferências de Populações – Cetrap.

Por conseguinte, há um levantamento de cartas dos governadores Newton Bello e José Sarney enviadas à Assembleia Legislativa onde os mesmos debatem a criação de um Distrito Industrial, Barragem do Bacanga o um bairro para povoar a região do Itaqui.

O presente trabalho finaliza-se com o debate sobre a escolha do nome do bairro. Onde três possibilidades são encontradas para explicar a escolha de bairro do Anjo da Guarda.

1. DIÁLOGOS SOBRE O CONCEITO DE CIDADE E SEU SURGIMENTO

Após o surgimento da agricultura e, conseqüentemente, da sedentarização das sociedades humanas, surgiu a cidade. Portanto, não podemos cair no equívoco de atribuir o aparecimento dela como consequência do processo de industrialização. Temos, por exemplo, as cidades orientais, as cidades arcaicas, medievais. Elas caracterizam-se, segundo Lefebvre, pelo modo de produção asiático, posse de escravos e comercial, respectivamente. Com a Revolução industrial, as cidades ganharam importância e força.

As suas relações com o campo que era bilateral, passam a unilateralidade. Dessa forma, se cidades medievais funcionavam como ponto de encontro dos mercadores, nas cidades modernas industriais, o campo produz para atender às necessidades da cidade.

O capitalismo tem um particularismo: o crescimento econômico mascara o não crescimento social. Portanto, para a burguesia, havendo prosperidade no campo dos negócios, não há desordem e o sistema está indo da forma devida. Entretanto, se o Estado está promovendo políticas voltadas para o social e a economia ficar inerte, então há crise. Dessa forma, como elucidou Lefebvre (2001), a prioridade é o crescimento quantitativo em detrimento do qualitativo.

Não podemos pensar a cidade moderna e as suas problemáticas sem levar em consideração o processo de industrialização. Da sua expansão – indústria- no século XIX em diante, toda transformação social é decorrente desse regime. Portanto, a mecanização do modo de produção é característica da sociedade moderna.

A cidade não é uma invenção da sociedade industrial. Podemos pensar nas Cidades-Estados da Grécia, Roma, as cidades ameríndias, chinesas, medievais, como já citado. Contudo, não podemos imaginá-la, hoje, como fruto do desenvolvimento daquelas antigas. Há descontinuidades. Para elucidar o exposto,

Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política; a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente, comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da cidade. (LEFEBVRE. 2001, p. 11)

Não podemos negar o fato de que, com o fim do Império Romano do Ocidente, as cidades baixaram seu nível de participação e influência nas sociedades.

Voltara a desenvolver-se, no medievo, com o advento dos mercadores através da venda de excedentes agrícolas e da usura. Dessa forma, acumulou riquezas e propiciou o surgimento do artesanato, conhecimento e técnicas de produção. Viviam-se o capitalismo comercial. A terra e a agricultura não mais eram as principais formas de riqueza.

Após o, digamos, ressurgimento das cidades, estas configuraram-se enquanto uma rede que se organizaram e dividiram-se no que tange o trabalho. Segundo Lefebvre (2001), o elo das cidades deu-se pelas estradas, vias fluviais, marítimas, comerciais e bancárias. Contudo, o grande destaque é o surgimento dos Estados centralizados. Isso, além da unificação do território nacional, gerou a sobreposição de uma cidade sobre as demais, a capital.

As cidades sofreram consequências da industrialização. A passagem do capitalismo comercial bancário para o especulativo reformulou o espaço urbano. O corporativismo e as formas artesanais e manufaturadas de se produzir foram abalados. Eram vistos como imutáveis. Contudo, a indústria começou, a priori, instalar-se periféricamente às cidades, mais próximas às fontes de energia, matérias-primas e mão-de-obra livre. Embora a indústria tenha perpassado da produção artesanal para a mecanizada sem evadir-se do espaço urbano.

Além dessa implantação nos arredores, as fábricas, em busca de mais e mais mão-de-obra para expansão do capital, invadiram a cidade e modificaram a rotina urbana. A noção de tempo reconfigurou-se. Dessa forma, “O tempo não podia ser mais contemplativo, não era mais o tempo da natureza, das quatro estações medindo o tempo, o tempo era vivido pelo apito da fábrica, pela produção, medido pelo relógio”. (FEITOSA, 2015, p. 15).

A realidade urbana, tal qual conhecemos hoje, está em curso desde a expansão da revolução industrial (HOBBSAWM, 1977). O dualismo real se expressa pela junção de duas ou mais cidades, produzindo gigantescas cidades, as megalópoles. No mesmo intervalo, cria-se um inchaço populacional e um exército de desempregados. Estes, deslocando-se cada vez mais para zonas periféricas e/ou para subúrbios e casebres abandonados, tal como ocorre na Praia Grande, São Luís. Esse bairro que, até meados da década de 1970, era concentrador das elites dominantes da cidade, hoje é local de casarões abandonados que abrigavam famílias abastardas de políticas públicas de inclusão social.

É certo afirmar que os burgos, as aldeias e as vilas estavam sob influência do campo. Essas relações, isto é, deles realizarem suas funções sociais, políticas e

econômicas voltadas para a demanda rural foram sendo superadas pelo processo de urbanização social. Por conseguinte, as cidades “modernas” exercem imposição cultural sobre o meio rural. Não queremos e não estamos a dizer, que o campo deixou de exportar seu modo de vida à cidade. Todavia, a configuração espacial da cidade tende a se transportar para o campo. Nesse sentido, a televisão, internet, celular, a casa, os móveis, e demais acessórios urbanos estão sendo implantados em residências rurais, reconfigurando seu meio social.

A cidade de São Luís possuía o centro financeiro, político e social concentrado no bairro da Praia Grande até metade do século XX. Os produtos que seriam exportados ou importados possuíam saída ou entrada pelo porto desse lugar. O palácio do governo do Estado também estava e está, localizado lá. Acerca de 3 quilômetros, a população operária e pobre residia em suas palafitas ou casas de palha. As manifestações e descontentamentos desses habitantes eram sentidos no centro. Portanto, tal qual como ocorreu na França do século XIX (Lefebvre, 2001), era preciso remanejá-los, o que significaria enfraquecer sua urbanidade.

Para Lefebvre (2001) o projeto burguês teve papel fundamental no enfraquecimento da classe operária nas cidades e sua interferência na construção do espaço urbano. Para elucidar o dito, a burguesia francesa, a partir de 1848, começou a dispersar os trabalhadores localizados no centro de Paris. Para tal empreendimento, utilizou-se a construção de largas avenidas no caminho que, antes, servia de moradia para a população pobre. Posteriormente, criaram-se os subúrbios para realoca-los. Ainda, com o êxodo rural, criam-se novos conjuntos habitacionais e novas cidades para escorar esse excedente populacional. Ora, não é um processo semelhante ao de São Luís, salvo as particularidades?

O triunfo, em escala mundial, do capitalismo é o tema mais importante da história, segundo Hobsbawm (1977). Pois representou o triunfo de uma sociedade crédula que o crescimento econômico estava ligado à iniciativa privada livre. Fora isso, o pensamento dessa sociedade burguesa era de que, como sujeitos capazes de chegar ao poder devidos seus méritos e inteligências, como classe dominante, eles seriam os únicos que poderiam propiciar uma vida igualitária, com acesso aos materiais, a razão e, principalmente, a felicidade

Em 1885, consolida-se uma nova percepção da realidade no mundo ocidental. Trata-se, pois, da industrialização, formação da classe operária e consolidação do capitalismo. Na Inglaterra, alteram-se os viveres da sociedade que culminam com

características únicas e com extrema valorização do campo econômico sobre as demais bases sociais. Segundo Engels (2008), a implantação das máquinas no processo de produção alterou essa sociedade, visto que as obrigou a evadir-se do campo.

A formação da cidade moderna está intimamente ligada à expansão do capitalismo. Dessa forma, o capitalismo possui um dualismo centralizador que acarreta em concentração demográfica e capital. Portanto, as cidades surgem em consequência da implantação de uma fábrica, pois ela atrai enorme contingente humano para trabalhar que, por sua vez, atrai mais investimento de outros capitalistas e resulta em mais formação de indústrias e, com isso, tem-se o aparecimento de uma pequena cidade.

As zonas industriais possuem poder de criar cidade. Ou seja, possui “os ingredientes” para a formação do espaço. O potencial de aglomeração demográfica é visível. Portanto, se o Distrito Industrial de São Luís conseguiu edificar um bairro em seus entornos e este conseguiu agrupar uma população significativa, ele possui poder de criar uma possível cidade do Anjo da Guarda? Esse questionamento não será respondido neste trabalho, mas irá entrar em futuros debates.

As mazelas em decorrência da urbanização estão ligadas à expansão do capitalismo. As cidades industriais de que fala Hobsbawm (1977) são divididas por um muro invisível. O Estado não sanciona a divisão. Porém, a burguesia, de posse dela, utiliza-se de mecanismos para impor suas fronteiras. Dessa forma, a classe operária, mal assalariada ou desempregada, deve conter-se em seu espaço e não ferir a ordem da cidade. Portanto, os possuidores de bens e capital são privilegiados, os despossuídos devem se sujeitar à venda de sua força de trabalho ou à criminalidade para sua subsistência. Entretanto “Graças a polícia, morrerá de fome tranquilamente, sem incomodar a burguesia”. (ENGELS, 2010 apud LEFEBVRE, 1999, p. 16).

A sociedade burguesa criou um modelo de nação-estado com definições territoriais bem claras com uma constituição civil que garantiu direito à propriedade e direitos civis, governo representativo eleito por assembleias com certa participação da população desde que ela não ameasse a ordem social burguesa. Portanto, Para Eric Hobsbawm (1977), os anos que compreendem 1789 a 1948 possuíram uma revolução dobrada. Ou seja, foram marcados pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. A de lá com cunho econômico e a de cá com político. Contudo, ambas transformaram a sociedade num novo modelo de vivência. Embora a classe operária pobre quisesse expandir a Revolução francesa política e radicalizá-la, foi contida e prosperou a

Industrial. Uma nova ordem social surgiu, portanto, blindada por ideias que a legitimavam: razão, ciência, progresso e liberalismo.

No século XIX, temos a classe dominante e o Estado pautados no progresso econômico como solução para a problemática humana. Não queriam pôr fim na expansão industrial. Dessa forma, poucos foram os que criticaram esse sistema esquizofrênico. A burguesia foi-se beneficiando com essa expansão, porém com um preço: a exclusão dos pobres. Além disso, sociedades fora do capitalismo viram suas realidades modificadas, pois o capitalismo suplanta o modo de vida que difere de sua ordem, inviabiliza a manutenção das tradições e modifica as relações sociais.

Ao passo que temos a dominação do capitalismo e da sociedade burguesa, os projetos alternativos a essa forma de viver, de se relacionar, de fazer política, comércio e procurar uma condição de vida humana mais digna perderam força, embora o sufrágio universal e os movimentos trabalhistas tenham se mantido. Dessa maneira,

Assim como o capitalismo e a sociedade burguesa triunfaram, os projetos que lhes eram alternativos recuaram, apesar do aparecimento da política popular e dos movimentos trabalhistas. Estes projetos não poderiam parecer menos promissores do que em 1872-73...] (HOBSBAWM, 1977, p. 169)

A vida, segundo Hobsbawm (1977), até 1848 era, essencialmente, rural. Embora a industrialização estivesse em fluxo, exceto a Inglaterra (onde 51% da população vivia em cidades), os países não tinham uma sociedade urbana majoritária. No Brasil, por exemplo, temos, em 1958 a maior parte da população vivendo no campo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas (IBGE) e somente em 2010 a população se concentrou, de forma espantosa, nas cidades onde 36% dos habitantes residiam nelas e 15,64 nos campos (IBGE). A cidade tradicional é, em sua essência, comercial. Na medida em que ela vai tendo a dominação desse comércio sobre os trabalhos produtivos, a relação econômico-social é alterada e temos, então, a cidade-fábrica. Exemplificando a metrópole capitalista.

Dessa forma, foi-se criado um consenso de liberdade na vivência da cidade renascente do século XVIII e XIX. Passamos como já citado, pela cidade escravista e serviçal. Por isso, temos uma sociedade pautada no ilusório pensamento de que todos têm direito à cidade. O que foi verificado ser uma falácia. A cidade tal qual conhecemos hoje possui dono. Os burgos transformaram-se em cidades. Estas estão sob domínio da burguesia. Não declaradamente, mas implicitamente.

Somos limitados ao direito à cidade. Nesse âmbito de modernização, acabamos por ser moldados pelas leis. Portanto, nosso direito é restrito. Podemos

verificar, por conseguinte, que caminhar numa cidade pós-industrial difere de caminhar numa medieval. As cidades medievais, segundo Foucault (2009), expressam um dos momentos mais punitivos da humanidade. Todavia, somos, ainda hoje, punidos se subvertermos a ordem. Embora a punição não seja com violência física, sofreremos violência moral, psicológica e social. Contudo, para Certeau (1998), há possibilidades de burlar esse enquadramento que nos remete o processo de urbanização.

1.1 O ESPAÇO SOCIAL DENOMINADO DE BAIRRO

A cidade pós-moderna tende a expandir-se para além dos limites a que fora fundada. Vários fatores contribuem para isso: o aumento populacional; a instalação de indústrias em seu entorno; a junção com outra cidade. Dessa forma, não podemos percebê-la como uma com tal crescimento. Ou seja, a população citadina devido, principalmente mas não unicamente, a sua ampliação e distanciamento dentro da cidade elabora relações sociais diferentes. Portanto, uma cidade, conforme vai crescendo (econômica, cultural, social ou politicamente) vai modificando suas práticas internas.

Por conseguinte, cada região de uma cidade passa a produzir suas particularidades. Com isso, embora estejam no mesmo espaço – cidade – não se sentem iguais. Além disso, se a tarefa de administrar um Estado sem dividi-lo em províncias, condados ou principados é visto como impossível, o mesmo se aplica para a cidade. Dessa forma, surgem os bairros.

Mas o que é um bairro? Pergunta que parece simples e fácil de ser respondida. Contudo, a questão é complexa e passa por diversas definições. Uma conflitantes, outras complementares. Além disso, as ciências humanas (filosofia, administração, sociologia, geografia, história) tentam definir esse espaço urbano.

Assim sendo, na perspectiva técnico-geográfica, o bairro é definido por possuir uma paisagem urbana, conteúdo social e uma função. A sua forma arquitetônica e idade das construções dos prédios, o modo como as ruas, avenidas e vielas foram e são traçados, o modo de vida que a população do bairro possui e seu modelo de relação social e a principal atividade econômica desempenhada. Esses são os três pilares que dão suporte à explicação do que venha a ser esse espaço, na visão técnica da geografia.

Seguindo essa lógica desse ramo geográfico, a cidade nada mais é do que a junção de vários bairros e o contrário também é verdadeiro. Mas esse conceito vai à frente. Se a junção dos bairros acarretam no todo (cidade), não se pode descartar que cada bairro tem sua individualidade e sua particularidade. Portanto, há, no meio urbano, diversas formas de se expressar e relacionar. Podemos dizer que cada bairro possui uma alma diferente.

Essa definição é muito utilizada pelos gestores municipais das cidades, pois facilita as aplicações políticas para cada bairro conforme sua função social na cidade. Porém, essa definição é limitada pois não envolve (ou envolve indiretamente) a população para composição do que é o seu bairro. Portanto, a definição popular acaba sendo mais completa e complexa. Ela leva em consideração as normas técnicas geográficas, mas, também, uma riqueza de detalhes e clareza que nem mesmo a geografia, filosofia, arquitetura, sociologia e história conseguem alcançar.

O morador do bairro tem algo que as ciências humanas não possuem: o sensível. Dessa forma, para além das definições técnicas desse espaço urbano, o sentimento de pertencimento ao bairro, à cultura, práticas sociais e a vivência dele torna a definição popular mais abrangente. Pois ela não é bruta, mas ao mesmo tempo, é clara e contemplativa.

O sentimento de pertencimento ao bairro é fundamental para realizar seus limites. Ora, se com o tempo, o bairro tende a crescer em população e espaço, o pertencer vai-se esfacelando. Com isso, novos bairros surgem. Vários fatores contribuem para esses surgimentos: crescimento econômico, político, estranhamento da cultura, dentre outros processos.

As enciclopédias e os dicionários têm as definições de bairro mais simples e diretas. O definem como a menor divisão territorial de uma cidade. O que é um equívoco, pois os próprios bairros subdividem-se em ruas.

Para Bezerra (2005), o Estado analisa e define o bairro como uma unidade territorial com delimitações político-administrativas. Entretanto, está claro que isso não abrange a totalidade do conceito. Embora, no contexto governamental, encaixe-se. Dessa maneira, os habitantes do bairro tendem a não aceitar essas arbitrariedades e elaboram suas próprias fronteiras “bairristas”.

Podemos perceber, por conseguinte, que inúmeros conceitos e definições destinam-se a explicar essa unidade urbana. O bairro, dessa forma, caracteriza-se como:

Um referencial direto e decisivo, pois define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); catalisa a referência simbólica e, politicamente, o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial; insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana. (SOUSA, 1989, P. 140 apud BEZERRA. 2005, p. 58)

O bairro, além de colaborar com a governabilidade, tem um caráter fundamental na organização da sociedade urbana. Seus moradores tendem a se localizarem por ele dentro da cidade. Ou seja, é o principal ponto referencial. É a noção de pertencimento. E ela se dá de tal forma que se há transposição de um bairro para outro, os moradores têm a impressão que invadiram um espaço que não lhes pertence, mesmo este sendo público e, teoricamente, de todos da cidade.

Na visão Histórico-social, o bairro é espelho das circunstâncias temporais que fica mais perceptível com a urbanização. Dessa forma, elucida espacializações diversas da vida social da cidade e surge dentro da história urbana como fruto da construção da história e do social do espaço urbano. Com o entendimento das relações sociais particulares que o processo de urbanização causa, de acordo com Bezerra (2005), e o autor desta obra concorda, pois foi possível analisar essas práticas sociais, as experiências, trocas e reprodução da sociedade nos bairros.

Dessa forma, podemos perceber divergências. Ora, o espaço urbano denominado bairro está contido na cidade, mas há estranhamento de uma população de uma região para outra. Portanto:

a diferença mínima entre os espaços sociais múltiplos e diversificados, ordenados pelas instituições e pelos centros ativos, seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços qualificados e espaço qualificando, o lugar onde se faz a tradução (para e pelos usuários) dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais, etc) em espaço comum, quer dizer, geométrico. (LEFEBVRE, 1975, p. 200-2001 apud BEZERRA, 2005, p. 59)

O bairro, com toda sua complexidade, tende a ser classificado em mal e bem sucedido. Mas o que determina uma denominação e não outra é uma pergunta importante. Segundo Jacobs (2000, p. 13)

Um bairro bem-sucedido é aquele que se mantém razoavelmente em dia com seus problemas, de modo que eles não o destruam. Um malsucedido é o que se encontra sobrecarregado de deficiências e deficiências e cada vez mais inerte diante deles.

Um bairro ideal, dentro da concepção da maioria, deve ter escolas, parques, moradias dignas de habitação, segurança, hospitais e estabilidade política, econômica e social. E, no caso da cidade de São Luís, poucos bairros atendem à essa demanda enquanto bairros passíveis de acomodação digna aos seus moradores.

A cultura de uma cidade, de certa forma, sobrepõe-se sobre as culturas bairristas. Entretanto, embora ela tenha uma cultura comum, há especificidades intra-bairros. Dessa forma, para Castells, há uma subcultura dentro da cultura da cidade e esta acaba por simbolizar uma fissura na estrutura social da população. Portanto, um bairro apto à moradia deve fomentar equipamentos coletivos de acesso aos habitantes. Isso quer seja no campo cultural, político ou econômico.

Podemos afirmar que o capitalismo pós-revolução industrial do século XIX desenvolveu as cidades tal como conhecemos e vivemos no XXI. E uma de suas principais diferenças com relação às medievais é o surgimento nas cidades de departamentos, zonas e outras divisões territoriais.

Engels (2010) faz uma análise da cidade de Manchester e seus bairros. Para ele, o capitalismo desenvolveu-se em sua plenitude e, por conseguinte, sua área urbana caracteriza a cidade industrial burguesa. Ele verifica que a região que concentrava as finanças e habitantes expandiu-se de forma sequencial. Surgindo, assim, aglomerados que se transformaram em bairros. Dessa forma, surge a mais nítida discrepância do capitalismo: os bairros burgueses e os proletários. Isto posto, a expansão e manutenção do capitalismo acarreta no caos urbano. Contudo, o caso específico da cidade inglesa expandiu-se para além da Inglaterra, bem como a industrialização e urbanização. Há enormes conglomerados urbanos que realizam, em seu interior, segregação racial e de classes.

Dessa maneira, pode-se dizer que a cidade realizou a junção, num mesmo espaço, entre os detentores do poder e os subjugados a ele. E o bairro, portanto, surgiu para diferenciar as hierarquias de poder. Ou seja, os projetos na cidade não podem ser unos. O investimento em um bairro ideal, conforme explana Castells, vai ser destinado a uma pequena parcela da população: os burgueses. A população menos favorecida acaba, na sociedade pós-moderna, alocada nos bairros não-ideais.

1.2 UMA NOVA APLICAÇÃO PARA O BAIRRO: PERIFERIA

Podemos perceber, pois, que o solo foi inserido na lógica do sistema capitalista. Logo, a cidade vai sendo esfacelada conforme os estudos geográficos e econômicos para a classe dominante apoderar-se dos melhores espaços urbanos e, com isso, ampliar seu capital.

As grandes extensões de terras foram, por grande período, determinantes no nível de riqueza. No meio urbano, entretanto, isso não é verídico em sua totalidade. Ou seja, ter um espaço amplo continua sendo sinônimo de riqueza, mas a localização desse espaço acaba sendo vital para o processo. Assim sendo, um bairro que ofereça um aparato de segurança, boas escolas, hospitais, saneamento básico, sistema de água encanada e energia elétrica eficiente acaba sendo supervalorizado. Em contrapartida, um bairro que não ofereça tais condições, acaba sendo destinados às classes baixas.

Aliado a tudo isso, temos um fator determinante para a classificação de um bairro: a distância em relação ao centro. Esse centro não é, necessariamente, o geográfico. Mas, sobretudo, financeiro. No caso da cidade de São Luís, por exemplo, os bairros afastados do centro econômico denominado Rua Grande, acabam tendo a denominação de bairros de periferia.

A palavra periferia trás uma problemáticas. O termo, por si só, não é estranho à nossa sociedade e é utilizado cotidianamente no meio urbano. O jornal utiliza-o para se reportar a bairros violentos e com alta concentração de população pobre. Os políticos servem-se dele para promover seus discursos de inclusão e superação das desigualdades sociais. Em contrapartida, temos os moradores desses espaços citadinos que o denominam de comunidade.

Há um grande problema no uso indiscriminado do termo “periferia”. O que é periferia? Qual classe social ocupa esse espaço? Por quê? Ao analisarmos a nova configuração urbanística, de fato, temos inúmeros bairros com alta concentração da classe média-baixa. Isso é inegável nas cidades. Todavia, um processo interessante vem se mostrando cada vez mais frequente: a construção de condomínios fechados destinados à classe rica, mas que também são tão afastados ou mais do centro da cidade. Entretanto, não são chamados pelo nome de periferia. O que nos leva a concluir que o termo está impregnado de preconceito social, como afirma Paviani (1996). Portanto, os pobres ocupam os bairros periféricos porque não têm opção e são forçados à essa migração. Os ricos vão para fugir da vida urbana.

É importante frisar nessa nova onda de ocupação urbana dos condomínios de luxo. Eles estão sendo construídos na zona periférica das cidades. Alguns chegam a ser construídos em cidades próximas aos locais de trabalho dos moradores para que estes fujam da violência e agitação da urbanização. O meio urbano, portanto, é caótico e conflituoso. Esses residenciais garantem comodidade e fuga da vida agitada das cidades.

Todavia, os bairros ricos construídos na periferia das cidades têm o consentimento de seus moradores. Portanto, é uma escolha deles deslocarem-se para esse ambiente. O mesmo não se aplica aos habitantes deslocados nas periferias. Pois estes, diferente dos habitantes ricos, não possuem escolha de moradia. Então, o que diferencia esses dois espaços urbanos?

Os residenciais, pois, deram uma nova aplicação para os bairros. Eles configuram-se como bairros privados e fechados. Desse modo, estão isolados com muros, segurança própria, além de um alto policiamento. Fora isso, são, praticamente, autossustentáveis. Dispõem de parques, academia de ginásticas, supermercados, saneamento básico, área de lazer e outras tantas comodidades.

No entanto, não há um reporte às residências periféricas luxuosas como bairros periféricos. O que nos remete ao preconceito que o termo está impregnado. Não basta, dessa maneira, estar localizado fora do perímetro central para ser uma periferia. É preciso que a população seja, majoritariamente, pobre. Não podemos, pois, esquecermos que a população pobre continua a habitar entre os bairros ricos e pelo centro urbano. Eles ocupam os cortiços, sobrados, casas de um único cômodo. Isso se dá, sobretudo, para economizar no transporte ao trabalho e estudo, visto que os sistemas de transportes nas periferias são precários.

. Dessa forma, para Durham (1986) e Lefebvre (1975), mais do que associar a periferia aos bairros com baixo assistencialismo público distantes dos centros das cidades, devemos associá-la à classe pobre. Ou seja, transformar um termo que delimita um espaço em social.

Esses processos, não são, pois, aleatórios. Alguns fatores contribuíram para a explosão de periferias nas cidades pós-industriais. Os pontos de controle e desarticulação dos pobres pela burguesia configuram-se em desemprego em massa crônico e sem tréguas, afastamento para bairros decadentes de políticas públicas e de investimentos privados, aumento da desigualdade com o discurso da meritocracia. É notório, ainda, que esses mecanismos impactam, com mais ênfase, os negros e pardos da sociedade.

A criação dos bairros periféricos, além das mazelas econômico-sociais, causa a estigmatização da população local. Cidnalva (2009) evidencia que os infectados pela Hanseníase têm que suportar, além do sofrimento causado pelos sintomas da doença, o preconceito que ela trás consigo. Essa discriminação não se limita às doenças. Wacquant(2001) revela-nos que os moradores dos guetos sofrem o mesmo, visto que são generalizados como pertencentes à criminalidade e como seres violentos. Seu espaço de moradia é olhado como moralmente impróprio, sem ordem e deve ser evitado.

Dessa maneira, os bairros acarretaram em separações sociais entre burgueses e proletários. E essas separações, no início do século XX, eram discrepantes e chocaram-se com a ideologia capitalista da busca pela felicidade e bem-estar no momento em que aumentaram as desigualdades. A própria percepção sobre os moradores dessas zonas sofreu alteração. Eram vistos, até o início do século passado, como um problema à cidade. Todavia, alterou-se para vítimas do processo de urbanismo.

Um dos pilares para a luta pela atenção às periferias foram os movimentos liderados pelas classes trabalhadoras. Pode-se perceber, portanto, que os moradores dos bairros impróprios estão submetidos à violência estrutural, a estigmatização, segregação racial e étnica.

Para Wacquant (2001), as periferias têm um objetivo muito claro: distanciar e desarticular as lutas sociais. Garantindo, assim, os privilégios da classe dominante. Além disso, fortalecer o aparelho estatal de repressão às manifestações contrárias a ordem estabelecida.

A economia está, intimamente, ligada a esse processo. A ideologia neoliberal é, sem dúvidas, fomentadora de progresso econômico. Contudo, está alicerçado em bases com consequências aterrorizantes para a classe baixa. Dentre elas, podemos destacar a instabilidade no emprego e seu sentimento de insegurança financeira, o desemprego em larga escala que acaba servindo ao patronato para pressionar os empregados, a alta concentração de renda, exclusão e marginalização das minorias, além, é claro, da falta de investimento e políticas públicas.

Em São Luís, o processo de expansão do capitalismo deu-se de forma acelerada a partir da década de 1960. A cidade foi impactada por um inchaço e concentração populacional em bairros como Madre Deus, Goiabal, Lira, Belira, Codozinho.

O desenvolvimento do capitalismo, no meio urbano, desemboca na construção de dois espaços: o concentrador da elite e o da classe trabalhadora. Nessa conjuntura, segundo Barbosa (2012) foi sendo criada a viabilização do espaço litorâneo para deleite da classe dominante com a realização de duas grandes obras na cidade de São Luís. A construção da Avenida Marechal Castelo Branco e a ponte Governador José Sarney. Elas serviram para dar início ao processo de expansão de crescimento no sentido norte da cidade de São Luís. Isso acabou fazendo surgir um “Boom” imobiliário na região.

Esses bairros surgidos em decorrência do crescimento da cidade, mas sem possuir infraestrutura suficiente para comportar a população. Além disso, o acesso à terra modificou-se plenamente na capital maranhense. A lógica capitalista imperou. Segundo Cunha (2014), o solo entrou na especulação imobiliária e ficou, praticamente, inacessível às classes sociais com pouco poder aquisitivo. A consequência disso foram as invasões às terras públicas ou privadas em busca de habitação.

Podemos perceber, dessa maneira, que uma das características dos bairros é diferenciar as classes sociais. As partes com alto investimento público e privado destinam-se às classes dominantes e os espaços urbanos com pouca ou nenhuma política é um “deposito de mão-de-obra”.

Isso acaba como já mencionado, causando a estigmatização. Contudo, ela não fica associada somente à escala psicológica. A parte financeira também sofre do mesmo processo. De acordo com Wacquant (2001, p. 33):

[... O sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva de vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e no mercado de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre a degradação simbólica e o dismantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, “assinaladas” pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias sociófobas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva.

Os bairros, portanto, têm a nova função de distinção social. Esse processo é tão forte e enraizado que, ainda que os pobres habitantes das periferias ascendam sócia e economicamente, continuaram a sentir o peso do ostracismo social. Ou, como afirma Wacquant (2001), o isolamento social disfarçado.

Nesse contexto, no final da década de 1960, São Luís busca modernizar-se e industrializar-se. O intuito era promover o progresso da economia e crescimento das arrecadações. Para isso, o governo do Maranhão, com José Sarney como seu chefe, criou o plano do Distrito Industrial. O plano determinou que o distrito fosse implantado a sudoeste da ilha de Upaon-Açu no local conhecido como Cetrap (Comissão Executiva de Transferência de Populações).

Em contrapartida desse projeto de expansão industrial para essa região, temos o projeto de criação do balneário ludovicense ao norte da capital. Para essa região ficaram determinadas políticas de incentivo à construção de imóveis de luxo e a verticalização da cidade. A chamada nova cidade que compreende os bairros do São Francisco, Renascença, Ponta D´Areia.

Todavia, de acordo com as cartas do então governador do Estado, a região de implantação do Distrito era pouco habitada e que, portanto, era necessário fazê-la possuir moradores fixos e permanentes. Para tal empreendimento, foram designados moradores da região periférica da capital, em 1968. Estamos falando de moradores dos bairros da Madre Deus, Goiabal, Lira, Belira, Macaúba e avenida Kennedy. Pois, até aquele momento, o bairro da Praia Grande era o centro financeiro e político da cidade e concentrava a classe dominante morando na região.

Desse modo, houve duas necessidades. A primeira, ocupar a região para implantação das industriais do Maranhão. A segunda, deslocar a massa da população pobre para uma região mais isolada e longe do centro. Além disso, a região desses moradores estava inclusa no projeto de aterramento do Rio Bacana e era um empecilho para a construção de largas avenidas na cidade.

Em 1968, o Goiabal foi assolado por um grande incêndio que atingiu as palafitas dos moradores. Foi o pretexto para o deslocamento para a região do Cetrap. Foram promovidas construções de habitações populares na região que passou a ser denominada Vila do Anjo da Guarda (área pensada para ser o Distrito Industrial) e entregue aos moradores do então Goiabal a preços populares. Todavia, esses habitantes não tiveram a opção de escolher se iriam deslocar-se para o novo bairro ou reconstruir suas casas, pois esta última opção fora descartada pelo governo, segundo o jornal O Imparcial.

Somado a isso, a região denominada Macaúba era, constantemente, atingida por enchentes do Rio Bacanga. Os moradores, que também moravam em palafitas foram

removidos para a Vila, mas estes não foram inclusos no programa de habitação. Foram construídos 88 casas sob a promessa de mais moradias. Porém, nunca foi cumprido.

Portanto, o presente trabalho procura entender alguns problemas sociais da cidade, em especial do bairro do Anjo da Guarda, e as intervenções no intuito de melhorar a vida dos moradores da região central e sua expulsão. Fazendo, assim, que surgisse um bairro periférico sem condições de abrigar de forma digna seus habitantes.

A historiografia está dominada por assuntos eruditos. O pensamento positivista impulsionou as pesquisas sobre os personagens ditos principais da história das nações. Nessa perspectiva, atribui-se, no caso brasileiro, os negros, indígenas e pobres um papel terciário. À classe dominante couberam as glórias. Às massas, a passividade. Entretanto, o presente trabalho pretende refutar esse agente passivo e mostrá-lo como ativo na construção do espaço, da cidade e bairros.

A São Luís da década de 1960 passou por grandes mudanças. Essas mudanças foram políticas, econômicas, culturais e sociais. O eixo de concentração da classe dominante da cidade, as ditas elites, começa a ser deslocada do centro histórico para o norte da ilha com o projeto de expansão para o balneário da capital. Em outro ponto, mais precisamente à sudoeste, a expansão deu-se com o projeto de implantação do Distrito Industrial da cidade.

Temos o objetivo compreender o surgimento do bairro do Anjo da Guarda que, até antes de 1968, não existia. O local era denominado Cetrap, pois era administrado pela Comissão Executiva de Transferência de Populações. Dessa forma, busco a resposta de como uma região que, até fins da década de 1960 era, praticamente, desabitada, passou para um dos bairros mais populosos da atual São Luís.

A presente pesquisa está fundamentada em leituras da dissertação de Câmara (2009), onde evidencia uma das primeiras ondas de migração compulsória para a região que hoje é chamada de Área Itaqui-Bacanga. Segundo a autora, o leprosário da cidade de São Luís ficava localizado no bairro da Madre Deus, ao lado do cemitério do Gavião, próximo ao centro e, por preconceito e desconhecimento das formas de contágio da Hanseníase, foi reinstalado no Bonfim que fica na área onde foi implantado a Vila do Anjo da Guarda.

Câmara(2009) analisa o processo que culmina com o isolamento compulsório dos leprosos no Bonfim. De acordo com sua pesquisa, o primeiro espaço construído para os doentes foi na rua do passeio, atrás do cemitério da Santa Casa de Misericórdia, no centro de São Luís, em 1830. Quarenta anos depois, foi transferido para

a região próxima ao cemitério do gavião, mais afastado do centro. Todavia, não havia condições necessárias para o tratamento dos doentes. Os governadores e a classe dominante incomodavam-se com a proximidade do leprosário e decidiram isolar os infectados da Lepra no Bonfim. Dessa forma, ficou delimitado que a região estava à serventia da segregação dos menos afortunados da cidade.

A dissertação busca compreender, para além do já informado, como o Brasil controlava ou tentava controlar a Lepra. Um importante agente de combate à doença, no Maranhão, foi o médico Achilles Lisboa. Segundo ela, Lisboa detinha enorme prestígio social devido sua formação. Além disso, as ciências gozavam de enorme prestígio e, um médico, por exemplo, detinha o poder sobre o corpo de um indivíduo.

Santos (2013), mestra e docente do Instituto Federal do Maranhão, escreveu sobre o surgimento do bairro Anjo da Guarda em forma de um Artigo. Segundo ela, o bairro foi construído para dar início à cidade industrial para povoamento no entorno do Distrito industrial.

Podemos, então, com base na obra dessas duas autoras sobre a região que, hoje, é conhecida como Itaquí-Bacanga, perceber que ela está associada ao isolamento dos indesejáveis à classe dominante. Dessa forma, configura-se como uma área periférica, de exclusão social e segregação espacial. Todavia, não ficou restrita a essa região. Temos, ainda, para exemplificar a política de marginalização das classes pobres o surgimento da Cidade Olímpica. Embora os processos sejam distintos.

A temática torna-se interessante, pois há poucos relatos do caso sob o viés histórico. Embora a ciência humana geográfica possua vasto material acerca dela. Além disso, esbarramos no mau armazenamento da documentação sobre o processo de surgimento do Bairro do Anjo da Guarda. Para se ter uma dimensão da problemática sobre as fontes, frequentemente, Santos (2013), cita em seu artigo a obra de dissertação “**Expansão urbana de São Luís na década de 60: o caso do Anjo da Guarda**” de Araújo, (1999). Entretanto, ao dirigirmo-nos à Universidade Federal do Maranhão para acessar essa dissertação que data de 1999, deparamo-nos com a perda da mesma. Não há registro no acervo online ou físico.

Além disso, identifiquei que a estudante da Universidade Estadual do Maranhão, Franciângela Silva Araújo Soares dissertou, em 1997, sobre a maior invasão da América Latina. Ela se chama Cidade Olímpica e localiza-se na cidade de São Luís. Porém, assim como o Caso acima citado, sua obra não está disponível para leitura, pois

desapareceu e não foi encontrada nos arquivos da biblioteca setorial de História, localizada no bairro da Praia Grande.

O Bairro do Anjo da Guarda não surgiu ao acaso. Se uma das características marcantes dos bairros periféricos é sua habitação sem planejamento governamental (construção de escolas, hospitais, transporte público), infraestrutura, como observado ao longo do tempo no Brasil e em São Luís, especificamente, essa região segue e enquadra-se à regra.

A cidade de São Luís passou no fim da década de 1960, por um processo de modernização de sua produção e grandes projetos foram atraídos para ela. Dessa forma, O então governador, José Sarney, determinou a instalação do Distrito Industrial da cidade no local onde, hoje é o Anjo da Guarda.

Portanto, a presente pesquisa procura entender como uma zona que, a priori, foi escolhida para abrigar as indústrias da cidade de São Luís como a Vale do Rio Doce e Consórcio de Alumínio do Maranhão, tornou-se uma região habitada por, aproximadamente, trezentas mil pessoas cerca de quase cinquenta anos depois.

A monografia “Do Bucólico Cutim ao Bairro Anil” de Feitosa (2015) esboça os problemas sociais que estão enraizados nas cidades brasileiras. O estudo realizado pelo autor diz respeito à implantação de uma fábrica têxtil na capital do Maranhão que resultou no surgimento do Bairro Anil.

De acordo com Feitosa (2015), a sedentarização forçada pela industrialização e o assentamento dos trabalhadores nas fábricas fez aumentar a demanda por alimentos e bens de consumo. Dessa forma, houve aumento nas produções industriais e, conseqüentemente, o crescimento dos espaços urbanos, quer em São Luís ou em outras cidades capitalistas.

O crescimento de São Luís possui dois grandes pilares: êxodo rural e projetos de industrialização. Além disso, não é um fenômeno recente: data do final do século XIX. Para ser mais claro, o conflito da Balaida resultou na imigração de um enorme contingente populacional para a capital e, somado a isso, a crise algodoeira culminou com a falência de inúmeros produtores de algodão e/ou de empregados nas lavouras, causando o êxodo rural. Portanto, esses são os principais responsáveis pelo aumento populacional da cidade.

Todavia, o crescimento foi em torno do bairro da Praia Grande. Nesta época, os limites da cidade não se estendiam para o outro lado da margem direita do Rio Bacanga, nem para a margem esquerda do Rio Anil. A cidade terminava no Cutim, início do atual Bairro do Anil [...]. (FEITOSA. 2015. P. 18).

Dessa forma, percebe-se que por trás de um bairro elitista, há o bairro mais afastado. O que, comumente chamamos de periferia. O termo periferia é, frequentemente, associado a bairros distantes do centro e com habitantes de classes pobres. Contudo, ele fica limitado, visto que a população pobre urbana não está restritamente presa à periferia. Há moradores pobres morando em cortiços, sobrados, casas de um cômodo e, tudo isso, em meio aos bairros da classe rica. Dessa forma, para Durham (2004) e Lefebvre, (2001) mais do que associar a periferia aos bairros com baixo assistencialismo público distantes dos centros das cidades, devemos associá-la à classe pobre. Ou seja, transformar um termo que delimita um espaço social.

Verificamos que o processo de urbanização ou fenômeno urbano, como explana Lefebvre(1999), tem uma ordenação. Segundo ele, os primeiros grupos humanos (coletores, pescadores, caçadores) marcaram e nomearam os espaços. Após isso, os camponeses sedentarizados aperfeiçoaram a exploração dos espaços. Com os camponeses deu-se a agricultura. Todavia, esta só superou a coleta com o adjunto dos centros urbanos denominados cidades políticas com a fundação de Estado e uma vida social organizada. Povoando essa cidade política temos sacerdotes, príncipes, nobres, chefes militares, administradores e escribas (cruciais na elaboração e organização das cidades, pois estas dependem da escrita – documentos, ordens, cobrança de taxas).

Para Lefebvre (1999), a cidade política emana ordem, ordenação e poder. Com isso, ela propicia artesanato e trocas que efetivam materiais para a guerra e poder. Subordina, dessa forma, artesãos e operários. Para além disso, administra, protege e explora vasto território. Engloba-se, aí, a agricultura subjugada à cidade política.

O livro “Os Condenados da Cidade” de Wacquant (2001) configura-se como um marco no estudo de cidades e as relações que ela impõe na visão microfísica. Ele vai além do estudo da cidade pela cidade. Muda a perspectiva e busca entender a cidade pelo bairro. Para ele, devemos observar as relações íntimas da sociedade e não há melhor caminho do que analisar os bairros.

Nos países capitalistas, as separações entre bairros burgueses e proletários eram espantosos. Logo, foram feitos estudos, dissertações e denúncias por especialistas e gestores públicos sobre essa problemática. No pós-guerra, o capitalismo, segundo Wacquant (2001) prometia o progresso, desenvolvimento e bem-estar social. Com isso, deu-se início à política de ceder direitos sociais. Fora isso, os habitantes das periferias revisaram e alteraram a sua própria percepção. Pois o discurso da classe dominante

baseava-se na definição de “habitantes problemáticos à cidade”, mas estes, passaram a autodeclararem-se como vítimas do urbanismo.

Muitos verificam e enxergam o urbanismo como uma prática social com caráter científico e técnico. Para Lefebvre (1999), ele é político. Sendo assim, tem críticas da direita e da esquerda. A da direita é bem aceita e não ignorada, pois tem aparências humanistas. Além disso, oculta e justifica a ideologia neoliberal da livre empresa e fornece oportunidade às iniciativas privadas do capitalismo. Por outro lado, a crítica da esquerda ainda é ignorada, pois explora o campo do irreal e não apenas da parte real já ocupada pelo capitalismo, fazendo-a, de certa forma, utópica. A realidade urbana é ao mesmo tempo espacial e temporal. Espacial pois o processo se estende no espaço que ele modifica e temporal devido desenvolver-se no tempo, da prática e história.

O bairro do Alecrim, em Natal, capital potiguar, foi brilhantemente estudado pelo geógrafo Josué Alencar Bezerra. *A Reafirmação do Bairro: um estudo geo-histórico do bairro do Alecrim na cidade de Natal-RN* informa-nos que este bairro surgiu como passagem. Os viajantes que se dirigiam para a Paraíba e Pernambuco alojavam-se nessa região da Cidade de Natal. Devido ao seu afastamento do centro, foi implantado o cemitério, leprosário Lazarento da Piedade e o hospital dos Alienados. Além disso:

[...] O bairro do alecrim passaria a acobertar grande parte dos refugiados e das pessoas que procuravam melhores condições de vida na cidade, sendo o berço de diversos encaminhamentos socioeconômicos e culturais fundamentais para a produção do seu espaço. A cidade de Natal era privilegiada por alguns fatos, até de projeção mundial, que viriam impulsionar o seu crescimento urbano, refletindo diretamente pelo papel do Alecrim em seu sítio. (BEZERRA, 2005, P. 87)

Processo semelhante dar-se-á em São Luís. Segundo Cidinalva, a administração municipal ludovicense e sua classe elitista incomodaram-se com a proximidade do Leprosário no Bairro da Madre Deus ao lado do cemitério do Gavião e transportaram-no para o Bonfim, área Itaqui-Bacanga, onde, posteriormente, foram transportados os moradores de classe baixa atingidos pelo incêndio nas palafitas do bairro do Goiabal e as vítimas dos alagamentos da Kennedy com o intuito de afastá-los da zona nobre da cidade, atual centro histórico de São Luís.

Pode-se perceber, portanto, que no decorrer das pesquisas sobre as cidades, bairros e suas relações sociais, nós identificamos processos similares no que tange a classificação dos bairros pobres pela classe dominante. Verificamos como a população

menos favorecida está excluída dos processos de expansão do capitalismo, isolada à periferização e à sua própria sorte. Por conseguinte:

Para os planejadores de cidades, os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser impedidas e cortadas por avenidas e bulevares, que levariam os pobres dos bairros populosos a procurar habitações em lugares menos perigosos. Esta também era a política das estradas de ferro, que faziam suas linhas passarem através destes bairros, onde os custos eram menores e os protestos negligenciáveis. Para os construtores, os pobres eram um mercado que não dava lucro, comparado ao dos ricos com suas lojas especializadas e distritos de comércio, e também às sólidas casas e apartamentos para a classe média...]”. (HOBBSAWM, 1977, P. 220).

No decorrer da dissertação essa situação apontada por Hobsbawm (1977) será percebida na cidade de São Luís.

2. A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS DA CAPITAL LUDOVICENSE

Todo dia o sol da manhã vem e lhes desafia
 Traz do sonho pro mundo, quem já não o
 queria
 Palafitas, trapiches, farrapos
 Filhos da mesma agonia
 E a cidade que tem braços abertos num
 cartão postal
 Com os punhos fechados na vida real
 Lhe nega oportunidades
 Mostra a face dura do mal
 Alagados, Trenchtown, Favela da Maré
 A esperança não vem do mar
 Nem das antenas de TV
 A arte de viver da fé
 Só não se sabe fé em quê
 A arte de viver da fé
 Só não se sabe fé em quê (Ribeiro, Barone,
 Viana, 1986).

O processo de aceleração da urbanização de São Luís tem diversos fatores. Entre eles, podemos destacar, de início, a grilagem de terras. Ela é, como afirma Araújo (2005), uma das maiores responsáveis pela concentração de terras no Maranhão. Uma consequência disso? A falsificação de documentos de posse resultam em conflitos agrários e, na maioria dos casos, expulsão dos camponeses. Eles, por sua vez, sofrem com o êxodo rural gerando assim, os subúrbios. A periferização nas grandes cidades, sobretudo São Luís, é uma consequência direta, causando:

[... altos índices de pobreza, o mandonismo político, a inexistência de políticas públicas voltadas para a fixação do homem no campo e a carência de projetos que possibilitam o ordenamento do espaço urbano, favorecendo o surgimento das ocupações na capital. (ARAÚJO, 2005, p.14).

É interessante perceber que esse “causa e consequência” não se restringiu às terras maranhenses. De acordo com Galvão (p.13, 2005):

O que ocorreu no Maranhão, numa visão ampla, não foi diferente do que aconteceu a nível nacional, nos outros Estados. A grilagem, por exemplo, é um problema muito sério, pois os “grileiros” falsificam títulos de propriedade de terra e, muitas vezes, com a participação de políticos influentes. Apesar das denúncias feitas por camponeses, associações, e até mesmo pela imprensa, como no Jornal Pequeno, em termos de política oficial, nunca foi resolvido o problema. Na verdade, as irregularidades que são denunciadas muitas vezes apontam para um grande número de autoridades que estão envolvidas nessa atividade ilegal e muito lucrativa, o que se evidencia pela grande concentração de propriedade de terras nas mãos de uma minoria privilegiada (fazendeiros, políticos, empresários).

Portanto, ficou evidente que é intencional a expulsão dos pequenos lavradores de suas terras. Não começou no Maranhão da década de 1960, mas teve seu “boom” nela. Arriscamo-nos a afirmar, pois, que foi um projeto extremamente elaborado e complexo.

O governo José Sarney(1966-70) foi marcado por um discurso de renovação e promessa de ascensão econômica. Para tal mudança ocorrer, segundo ele, uma das soluções foi a Lei de Terras nº 2979/69 que democratizava o acesso às terras no Estado. De acordo com Araújo (2005, p.17):

Esta lei formalizou o mercado fechado de terras, estipulando o seu valor: “Art.25º - O valor de hectare de terras do domínio estadual será igual ao custo unitário da regularização da mesma mais o preço unitário do capital fundiário.” (Lei nº 2.979/69:10). Essa medida ocasionou uma série de transformações, no nível da organização social da produção camponesa e também das relações sociais. [... essa legislação previu a chamada à democratização das terras públicas do Estado para fins de exploração agropecuária, florestal, agroindustrial ou extrativista, através de sociedades anônimas, tornando a terra instrumento de grandes grupos econômicos, apoiados em investimentos fiscais de órgãos públicos como SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), na forma da integração da economia local ao processo de desenvolvimento da economia nacional.

Fica evidente, pois, que a agricultura familiar de subsistência foi dando lugar ao maquinário agropecuário. O então governador, José Sarney, ampliou o quadro de desembargadores e, de acordo com Araújo (2005), conseguindo aparato legal para suas decisões. Ou seja, o Estado passara a trabalhar para o latifúndio empresarial.

Em 1974, o governo estadual entregou mais de 3.000 hectares à CVRD, inclusive a praia do boqueirão, a praia dos pescadores e do povo do anjo da guarda, sem resolver, no entanto, os problemas habitacionais para os moradores da área. Cinco anos depois, mais de 10.000 hectares entregues à ALUMAR. Em torno de 4.000 famílias perderam, de um dia para o outro, o seu sustento da roça e da pesca. Nos dois casos, as famílias foram indenizadas pelas benfeitorias, muitas vezes de maneira arbitrária, mas não foram criadas novas condições de trabalho, adaptadas à capacidade da população. (ARAÚJO, 2005, p. 25 apud GISTELINCK, 1988, p. 32).

E, para Asselin (1992), não há dúvidas que o governo organizou o maquinário estatal em prol de um único grupo social. O mesmo tece pesadas críticas às políticas implementadas e executadas. Para ele:

A grilagem há tempos vem sendo conhecida, pesquisada, denunciada sem se tomar medidas capazes para combatê-la, chega-se a uma conclusão alternativa: o Estado é ou incompetente ou cúmplice. (ASSELIN, 1992, p. 128 apud Galvão, p. 13. 2005).

Seguindo a análise, inúmeros fatores, além da grilagem, contribuíram para ocasionar o inchaço populacional na cidade e, por conseguinte, a “explosão” de bairros periféricos. Dentre eles, podemos destacar a seca, a fome nos interiores, os grandes projetos empresariais que solicitavam mão de obra e a promessa de um futuro melhor. Todavia, todos estão relacionados com a problemática do acesso à terra, não só no Maranhão, mas no Brasil.

Para explicar melhor, Galvão (2005, p. 17) elucida:

O excesso de população na cidade de São Luís decorre, especialmente, de camponeses expulsos do campo, remanejados dos grandes projetos empresariais e de bairros populares do centro da capital, como foi o caso dos palafitados do Goiabal, Macaúba, Kennedy e demais subúrbios próximos. Vale ressaltar, porém, que em alguns casos, os camponeses que se deslocam para São Luís foram acometidos pela seca e/ou enchentes. Ainda assim, evidencia a problemática do pequeno produtor não ter acesso aos meios de produção sofisticados que previnam suas plantações de sofrerem com as adversidades naturais. Em contrapartida, os grandes produtores latifundiários beneficiam-se desse processo. Por conseguinte, ocorre êxodo rural para a Capital maranhense em busca de trabalho, moradia e melhores condições de vida. Todavia, na maioria das vezes, o que essas pessoas encontram na ilha são: desemprego ou subemprego, submoradia, violência, falta de assistência estatal e o abandono.

Os habitantes da ilha, em sua maioria, vieram do interior do Maranhão. Porém, muitos cearenses e piauienses estabeleceram-se na capital maranhense. Esse processo começa a ser percebido na década de 1950. Coincidentemente, a expansão econômica da cidade inicia-se nesse período também.

Ademais, a zona urbana da cidade tornou-se um polo concentrador de gente sofrida, pobre, mas trabalhadora, fugindo de todas as mazelas causadas pela negligência por parte do governo.

Obviamente o presente trabalho está a analisar todo esse processo para compreender o surgimento do bairro do Anjo da Guarda no final da década de 1960. Porém, ele não foi o único a surgir a partir de problemas político-sociais. Outro exemplo, o bairro do Coroadinho, tem uma conjuntura e estrutura física semelhante ao Anjo da Guarda.

Não devemos utilizarmo-nos de generalização. Contudo, é evidente que esse bairros foram, digamos, não planejados de propósito. Ou seja, foram planejados para não ter planejamento. Parece confuso, mas a intenção é essa, pelo menos por parte dos governantes estaduais e municipais de São Luís. Para Galvão (2005) uma das grandes consequências da grilagem, expulsão dos camponeses e de alguns moradores da cidade da capital do Estado são as forrações de bolsões de miséria. Completo, arriscando a dizer, escolas da criminalidade. Não que os moradores sejam criminosos. Pelo contrário, reféns da desigualdade social e de ausência estatal.

2.1 AS CLASSES ELITISTAS ABANDONAM O CENTRO

O centro histórico de São Luís tem sofrido com a desocupação de seus prédios. Se até metade do século XX, configurou-se como concentrador de pessoas influentes e de grande prestígio social, as ditas elites, nesse momento os maiores inquilinos da região são órgãos estatais e municipais. Esse processo iniciou-se com a expansão da cidade para além dos rios Anil e Bacanga no final dos anos 1960.

Embora não seja o foco do nosso trabalho, analisar o abandono dos casarões do centro histórico ludovicense ajuda a compreender o processo de surgimento de vários bairros a partir de 1960. Esses projetos, segundo Burnnet,(2011) levaram a um processo legítimo: demolir para construir. Ou seja:

[...]Temos assim, os dois extremos da dinâmica urbana a ameaçar a integridade dos conjuntos históricos e, o que é tão ou mais grave, levando a comunidade a acreditar que, realmente, não há como conciliar o passado com o presente e com o futuro. (BURNNET, 2011,p. 07, 08).

Devemos, ainda, atentarmo-nos que o bairro da Praia grande modifica sua conjuntura e função. Portanto:

[...]Entender esta contradição entre discurso e realidade, entre intenção e efeito, exige situar historicamente nosso patrimônio na dinâmica urbana de toda a cidade, pois até a década de sessenta, o centro de São Luís era apenas o centro de uma cidade que mal ensaiava a ocupação das áreas além dos rios Anil e Bacanga. Todos que aí vivíamos não tratávamos o centro como patrimônio cultural, apesar de alguns tombamentos federais já existirem desde os anos cinqüenta. Tampouco havia qualquer produção intelectual – livros, poesias, canções, hinos – que indicasse por parte dos produtores culturais um tratamento diferenciado para aquela região da cidade. (BURNNET, 2011, p. 09).

Como já afirmamos, o abandono do centro histórico é recente. Para Burnnet (2011), houve três etapas para se chegar ao quadro atual. A priori, temos, pois, uma região central e de fácil acesso à baía de São Marcos, tornando o bairro da Praia Grande

o núcleo comercial e portuário da cidade de São Luís, onde inúmeros ricos comerciantes moravam e trabalhavam. Adiante, com a expansão do número de automóveis e estradas pavimentadas, temos o início de uma significativa mudança da elite ludovicense em direção ao bairro do Olho d'Água que vinha se destacando como um balneário, lazer e qualidade de vida. O “xeque-mate” nas habitações da Praia Grande foi a expansão norte-sul sobre os rios Anil e Bacanga onde, de fato, os ricos comerciantes mudam-se para o novo Balneário São Francisco- Ponta d'areia.



Figura 1: Na imagem, ao fundo, podemos observar a ponte sobre o Rio Anil que liga a cidade velha a nova, tirada em 1977.

Fonte: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=583251>>

Acesso em: 24/05/2017

A cidade de São Luís, no decorrer da década de 1960, passava por esse dualismo: havia o bairro da Praia Grande, destinado às classes mais ricas, morando em casarões luxuosos, decorados com azulejos portugueses e em transição para a “nova cidade” e, cerca de 5km desse local, um aglomerado de bairros que reuniam milhares de pessoas com baixa condição socioeconômica.

Além do exposto, estava em andamento o projeto de reformulação do espaço urbano ludovicense com duas frentes de expansão: ao Norte e a Sudoeste. Portanto, fica clara e evidente a política habitacional dicotômica do governo maranhense, criar:

[...] habitat para os ricos e habitat para os pobres. Por exemplo: na área do Anjo da Guarda foram feitos loteamentos em atendimento a população para ali deslocada, sendo oportuno informar que esse bairro foi originalmente constituído por famílias retiradas das zonas alagadas de espaços periféricos do velho de São Luís, como Madre Deus, Goiabal, Lira, Fátima e Barés (Imparcial, 04/07/1974, p.05). No São Francisco, na recente área nobre, foram construídos conjuntos habitacionais como Basa, Renascença e Conjunto São Francisco para atender exclusivamente segmentos da classe média. (GALVÃO, p.26. 2005).

Em linhas gerais, a ponte governador José Sarney era vista como essencial para inaugurar o balneário São Francisco-Ponta d'Areia, com o intuito de instalar, ali, as classes privilegiadas da cidade de São Luís. A obra era, constantemente, noticiada com entusiasmo pelos jornais da época. Além do mais, estava em ritmo extremamente acelerado. Segundo o jornal *O Imparcial* de 04 de julho de 1968:

Prosseguem as obras da ponte de São Francisco sobre o rio Anil, com o levantamento das plataformas.

A ponte em concreto pretendido será construída pela Itapoã, que pretende concluir a obra no prazo de 18 meses.

Tão logo estejam montadas as plataformas, deverá chegar o bate-estacas da Franki para preparar as fundações da ponte.

Será uma das obras mais importantes do centro comercial da cidade, com um dos mais populosos núcleos residenciais, além de facilitar o acesso ao balneário da ponta D'areia.

Ainda tendo como base o jornal *O Imparcial*, três semanas após noticiar os ritmos da obra da ponte, a mesma elucidou o que será o novo local para a capital do Maranhão:

Conforme é do conhecimento do público maranhense, estão marchando, em ritmo acelerado, as obras de construção da ponte sobre o rio Anil, dando acesso à ponta de São Francisco, cujo trabalho foi confiado à Construtora Itapoã, que lá levou para o local apreciável quantidade dos materiais indispensáveis.

Com a ligação de São Luís à Ponte de São Francisco aquela faixa da Ilha tomará grande impulso, inclusive a Ponta Dareia, que se tornou, nos últimos tempos, um dos pontos de grande atração aos domingos.

O que é e o que será

Em que pesem as dificuldades de transporte para a Ponta Dareia e considerando que muitas pessoas, sem condução própria, não vão aquela praia com receio da viagem de canoa, não temos dúvidas de que a ponte sobre o Rio Anil vai proporcionar, de imediato, um grande surto de progresso para aquela praia maranhense.

Com a ligação da praia à cidade pode o Governo do Estado, através do seu Departamento de Turismo e a Prefeitura Municipal de São Luís transformarem, dentro de pouco tempo, a Ponta Dareia numa Copacabana Maranhense, com motivos para grande atração turística e conseqüentemente fonte de renda para o Estado e para o município. (O IMPARCIAL, 26/07/1968)



Figura 2: Nessa fotografia podemos observar a ponte Governador José Sarney no momento de sua construção na Véspera do Natal de 1968.
Fonte: Jornal O Imparcial. 24/12/1968

Obviamente, não estou a afirmar que outros locais da cidade não fossem habitados. Feitosa (2015) nos deixa bem claro que há uma cidade fabril na cidade localizada no bairro do Anil onde os moradores eram, em sua maioria, trabalhadores muito pobres, os jornais da década, também, nos deixam cientes da existência de vários outros bairros pela cidade. Todavia, a concentração mor de pessoas de classe baixa estava localizada a poucos quilômetros da então área nobre ludovicense. Dessa forma, criou-se uma dicotomia clara em São Luís. Concentremo-nos, pois, em como aquela população marginalizada da cidade estava vivendo no seu cotidiano, quais suas práticas culturais, sociais, econômicas e etc.

2.2 O COTIDIANO NAS PERIFERIAS LUDOVICENSE

Baião dos Alagados

Só se vê a pobreza reclamando
 Mearim tá ruim pra daná
 Quando o pobre constrói seu mucambo
 Vai a cheia da chuva derribá
 Adispois o consolo é promessa
 O governo promete ajuda
 Mais a verba que vem pra pobreza

Fica toda em que pudê do maiorá

Tra la la la lá

Tra la la la lá

Tra la la la lá

Tra la la la lá

E se o povo quizé ser feliz
 Ouça esse conseio que vou dá
 Não espere dinheiro do páis
 Façam todos seu rancho pra morar
 Trabaiando com toda presteza
 Que no céu está Deus pra ajudar
 Pois a verba que vão pra pobreza
 Fica toda em pudê do maiorá. (HERCILIO
 CARDOSO. JORNA DO DIA,
 11/02/1958).

A música feita pelo compositor Hercilio Cardoso estampava a capa do *Jornal do Dia* em 11 de fevereiro de 1958 e denunciava de forma clara, inteligente e sutil os problemas de quem morava em regiões palafitadas. Ademais, realiza a exposição de dois problemas básicos da política brasileira: a corrupção e a ausência do poder público seja ele Federal, Estadual ou Municipal. Frente a isso, iremos expor nesse subcapítulo as dificuldades vivenciadas pelos segregados da região central da cidade de São Luís.

Os ludovicenses localizados nos bairros do Goiabal, Lira, Belira, Codozinho (de baixo e de cima) e Madre Deus estavam inseridos num contexto de completo abandono assistencial por parte do Estado. Para se ter uma noção do que aquela população vivia em seu dia a dia, poucos eram contemplados com água encanada, inexistiam sistemas de esgotos, a eletricidade era improvisada, o policiamento precário, dentre outros problemas estruturais básicos para uma moradia digna. Essa problemática da água, por exemplo, causava inúmeros acidentes domésticos como foi o caso a seguir:

Uma criança de apenas 3 anos de idade foi encontrada afogada, boiando no fundo do poço existente no quintal de sua residência, à rua Félix Pacheco nº 23, no bairro do Lira.

Segundo apurou a reportagem “associada”, a menor Célia Duarte Silva, filha do casal Manoel da Conceição e Benedita Duarte Silva, ficara somente com seus irmãos menores, já que a sua genirota havia saído com destino a uma mercearia. Burlando a vigilância dos seus irmãozinhos, Célia foi para o quintal, caindo no poço que tem mais de 5 metros de profundidade. A senhora Benedita Duarte Silva, não encontrando sua filha, começou a procura-la em toda a casa e vizinhança. Depois de algum tempo foi até o poço, encontrando Célia boiando no fundo do mesmo.

A criança ainda foi transportada por seus familiares ao Hospital do pronto socorro, pois se acreditava que ainda estava viva. Porém o dr. Malheiros após fazer um minucioso exame na menor declarou que ela estava morta, tendo inclusive quebrado o pescoço ao cair no poço. (O IMPARCIAL, 11/07/1968)

Os moradores desses bairros passavam por grande dificuldade, inclusive para encontrarem escolas para matricular seus filhos. Com isso, a criminalidade era recorrente. Os assaltos, constantes. Havia uma grande dificuldade desses marginalizados em encontrar trabalho para o sustento das famílias. O Jornal *O Imparcial* estampava em suas manchetes assaltos constantes advindos dos chamados “subúrbios”. De acordo com o referido jornal:

Os assaltos estão colocando a população em pânico, devendo as autoridades policiais tomar urgentes providências para cobrir o abuso.

Na madrugada de ontem ocorreu mais um assalto. Desta vez a vítima foi o estudante Zacarias Ferreira, residente no bairro do Lira, o qual foi furtado e espancado por vários desconhecidos quando regressava à sua residência, situada no referido subúrbio.

Os assaltantes ao notarem que o estudante oferecia resistência em entregá-lhes os 10 cruzeiros novos que trazia no bolso, o agrediram barbaramente deixando ao solo, com várias equimoses no corpo.

A vítima foi transportada ao Hospital do Pronto Socorro, sendo ali medicada. Zacarias Ferreira esteve mais tarde na Divisão de polícia Especializada, comunicando o assalto que sofreu. (O IMPARCIAL, 04/10/1968).

Todavia, embora diversos jornais denunciasses a criminalidade nos subúrbios, essa percepção não era compartilhada por todos os moradores desses bairros. A exemplo disso, temos dona Maria das Mercês Pinheiro Dias, de 68 anos, que morava na Macaúba na década de 1960. Ao ser questionada sobre a violência e criminalidade na sua região, ela respondeu em entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2017:

Não, não. Não tinha não. Até no bairro da macaúba. Eu vinha pra madre Deus pras festas, ia pra floresta, bairro de fátima e ninguém agarrava ninguém. E esse tempo a policia era em peso. Nesse tempo não era camburão. Era chiquita preta. Era o jipe. em cada uma praça no centro era dois policial. Nós não tinha medo e não tinha essas coisas que tem hoje.

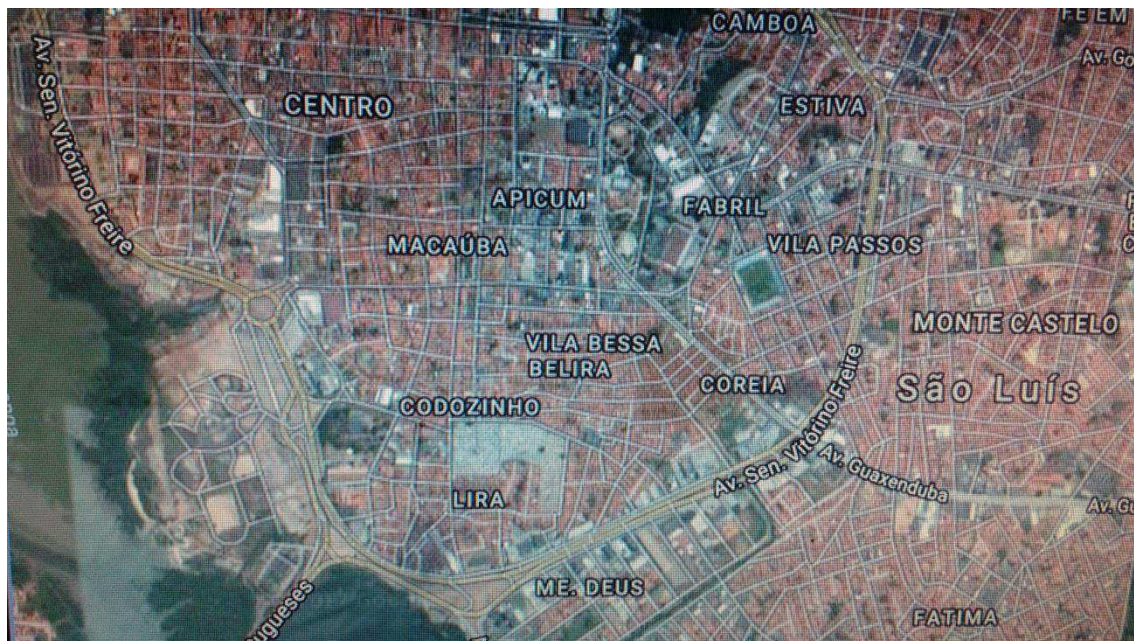


Figura 3: Visão das periferias centrais da cidade de São Luís de 2017.

Disponível em: <http://mapasamerica.dices.net/brasil/portugues/mapa.php?nome=Ilha-de-S%C3%A3o-Luís&id=8688>

Acesso: 24/05/2017

Além disso, mesmo contendo alguma escola perto dessa zona periférica do centro de São Luís, os moradores eram, em sua grande maioria, muito pobres. Para deixar mais nítida a situação, quando me dirigi à dona Maria das Mercês Pinheiro Dias, hoje moradora do bairro do Anjo da Guarda, para uma entrevista em 10 de fevereiro de 2017, a primeira coisa que ela me perguntou foi: “pode falar de fome?” obviamente, como nossa intenção é buscar retratar o cotidiano da forma mais plausível e verossímil possível, a resposta foi positiva.

Ademais, quando questionada sobre possuir escolas próximas à sua residência, a então moradora da Macaúba respondeu:

De ter tinha, mas as vezes a gente não estudava direito porque minha mãe não tinha condição de comprar caderno, comprar lápis. Só a outra minha irmã que estudou mesmo porque minha mãe vendia laranja, batata doce. Foi que a outra ainda se formou e fez o segundo grau. E as outras ninguém fez. Só ela. (ENTREVISTA CONCEDIDA EM 10/02/2017).

Outra moradora da região, dona Maria Raimunda Pinheiro Silva, expôs as mesmas dificuldades de acesso à educação. Segundo ela:

A minha mãe é analfabeta. Analfabeta, não sabe fazer o A. as minhas irmãs todas não tem nem o ensino fundamental completo que antigamente se chamava 1ª série, 2ª série. Uma tem a 2ª série... 2 ano que chamava primário a outra tem o terceiro. Eu fui a única que teve o ensino médio completo. A gente chamava 2º grau na época.

Pra mim foram muitas. porque eu não tinha quem me desse nem o lápis. Eu tive que trabalhar aos 11 anos no mercado central, né, como ajudante daqueles quiosques entregando cafezinho pra os cabocos da Maioba que chegavam de madrugada e eu ia trabalhar com minha tia que tinha o quiosque pra ganhar pra poder ter o dinheiro pra eu comprar um lápis, uma caneta. Foi muito difícil pra eu concluir o meu hoje ensino médio. Muito difícil. Eu estudei no Liceu Maranhense . E, na época, era muito difícil ingressar no Liceu. Tinha o exame de admissão. É...Faziam-se provas em duas etapas, como o vestibular. Muito difícil. Só entrava quem tinha capacidade pra estudar no Liceu Maranhense. Porque era uma honra pra qualquer adolescente estudar no Liceu. (ENTREVISTA CONCEDIDA EM 28/02/2017).

Entretanto, apesar das dificuldades, dona Maria Raimunda, a dona Ray, como gosta de ser chamada, que hoje é residente do bairro do Anjo da Guarda e trabalha vendendo churrasquinhos achava a educação naquele período mais eficaz, apesar de haver um imenso preconceito em mulheres estudarem, ainda na década de 1960:

Ah eu achava melhor. Era mais rígido. Era tudo diferente de hoje, né, as normas, as leis, apesar da gente apanhar bolo de palmatória... existia isso na minha época, mas eu achava bem melhor. Mas a minha educação também vem do hábito da leitura. Eu leio muito. Eu sempre gostei de ler e apanhei muito porque eu lia. Eu lia escondido da minha mãe. Minha mãe não queria deixar eu ler diz que pra eu não aprender safadeza. Apanhei muito, muito, muito porque eu gostava de ler romances, telenovelas, fotonovelas. Apanhei muito. (ENTREVISTA CONCEDIDA EM 28/02/2017).

Ademais, é notório o baixo envolvimento e engajamento do governo na vida dessas pessoas a ponto de surgirem grupos, sobretudo religiosos, para promover, ainda que limitada, assistência a esses pobres moradores. De acordo com Burnnet (2011, p. 65):

A precária assistência dispensada pelo poder público a esses locais faz surgir iniciativas ligadas a grupos religiosos – Ação Social Arquidiocesana (ASA) e Irmãs Missionárias Jesus Crucificado - para atendimento aos moradores (SERÃO..., 1950; CONCLUÍDOS... 1950; PARQUE INFANTIL..., 1950), por meio de Centros de Serviços Sociais, lavanderias, água potável e parques infantis. Limitados são, pois, esses esforços de levar equipamentos urbanos prioritários a uma população cada vez maior e mais carente, com setores religiosos e filantrópicos da sociedade assumindo o papel do poder público, ausente naquilo que - pela inexistência de registros de reivindicações populares à Prefeitura, parece já uma atitude consolidada em São Luís, apesar de constantes notícias sobre desabastecimento de água e luz naqueles bairros.

Um dos veículos que mais noticiam as condições de vida dos moradores desses bairros periféricos ao centro de São Luís é o *Jornal de Bolso* (1968). Ele tece pesadas críticas ao então prefeito da cidade Epiáfio Cafeteira.

Segundo o referido jornal, o cenário desses subúrbios era deplorável. Uma das grandes problemáticas era, conforme noticiado em 03 de junho de 1968, a mortalidade infantil que acometia, principalmente, os mais excluídos da população. Vejamos:

Há um cancro social em São Luís que precisa ser lancetado com urgência. Esse mal tem suas raízes ao redor de toda a ilha. Pior que, dia a dia, essa situação mais se estende e se agrava em proporções assustadoras.

O quadro descortinado aos olhos de quem visita os nossos subúrbios é (**palavra inelegível**), talvez mais angustiante do que os pintados pela realidade de um Goya, o supremo pintor de todas as misérias humanas.

Ainda no dia 03 de junho de 1968, o *Jornal de Bolso* isenta o Estado da situação deplorável à qual as periferias estavam sujeitas:

As pessoas residentes em tais lugares, e em particular localizadas nas palafitas, têm uma vida sub-humana. Não podemos conceber que criaturas integradas dentro da mesma estrutura social possam viver em casebres instalados sobre a mare a lama, a fedentina e o perigo constante toda uma espécie de promiscuidade, por força do próprio meio.

Só a necessidade faria essa gente se instalar em tais lugares. A nossa capital se acha cercada de favelas, as quais pelas condições precaríssimas é o mais sério argumento e a mais irrefutável de todas as provas a deporem contra uma administração municipal preocupada mais em desfilar pelas ruas da cidade o seu luxo e vaidade num “Galáxie” com ar condicionado e tudo, enquanto a população pobre da ilha sofre o drama de um “modus-vivendi” indigno e revoltante.



Figura 4: Podemos perceber os alagados da Avenida Kennedy, periferia de São Luís, morando em palafitas. Situação desumana de habitação.

Fonte: Jornal de Bolso. 16/05/1968

Não podemos esquecer que muitos adultos viviam doentes. Mas, sem dúvidas, as crianças eram as maiores prejudicadas quer seja pela má administração municipal, estadual ou a negligência dual. Portanto:

As maiores vítimas dessa omissão são as crianças. Nasceram desnutridas e se criam ardeadas de toda qualidade de doenças, como por exemplo, o tifo, impaludismo, desinteria, esquistossomose, etc, que se constituem num índice grande de mortalidade infantil. Não há assistência médica nem nada.

Vivem ao sabor da própria sorte, como vítimas condenadas a nascerem hoje, e morrerem amanhã.

Quem for pai ou mãe poderá avaliar a dimensão da tragédia desses pais, sem o direito de criarem os seus filhos e verem-nos crescidos para ajudarem nas tarefas diárias. A possibilidade de vida é pouca e os que conseguem sobreviver caem nas garras daquela ínfima estrutura social. Crescem doentios e quase sem condições para o trabalho.

A marginalização imposta pela atual administração municipal a essas crianças lhes dá apenas o direito de serem amanhã, personagens perigosas do sub-mundo do vício e do crime.[...] (JORNAL DE BOLSO. 03/06/1968)

Incontestavelmente, o *Jornal de Bolso* (1968) fazia oposição à prefeitura e apoiando o governador José Sarney. Contudo, essas dificuldades presentes entre a população carente, que vivia, conforme o jornal menciona “sub-humana” é causada por uma série de fatores que reúnem a participação municipal e estadual. Ainda assim, sua denúncia no periódico é válida, pois entre 1955 e 1970 o Brasil estava com uma taxa de mortalidade infantil média de 120,95 crianças para cada mil nascimentos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (1970). Na região Nordeste esse número piorou ainda mais, passando para 158,4 mortos para cada mil nascimentos (IBGE). O Maranhão, nesse contexto, contribuía negativamente para o cenário desolador.

Há de se salientar que a desigualdade econômica, política e social somados à falta de saneamento básico e saúde são fatores determinantes para se melhorar ou piorar estatísticas como a da mortalidade infantil.

Obviamente, saneamento básico e acesso irrestrito à saúde eram o que aquela população menos possuía. O cenário das casas era de palafitas, as ruas ou eram sem pavimentação ou pontes improvisadas sobre a maré e os postos de saúde eram básicos.

Doa Maria Raimunda, contudo, tem uma memória mais feliz quando o assunto é acesso à saúde. Em entrevista concedida em 28/02/2017, ela afirmou:

Na época era mais fácil do que hoje. Porque hoje existe o Samu que é a mesma coisa que nada. Na minha época tinha o centro de saúde doutor Paulo Ramos. Era um hospital, um centro de saúde muito bom porque tinham todas as especialidades médicas. Você chegava, ia de madrugada? Sim, ia-se de madrugada, mas você consultava no mesmo dia, entendeu? Você não precisava pegar um encaminhamento num clínico geral pra você ir num reumatologista, pra levar a criança numa outra especialidade, entendeu? Um adulto... tinha tudo. Fazia-se raio-x. tinha também no Lira um posto de saúde chamado posto de saúde do Lira. Lá tinha pediatria, consulta infantil, davam sopa, distribuíam sopa aos moradores. Eram bem mais fácil do que hoje. Muito mais fácil do que hoje pra você conseguir uma consulta, uma vacina. Hoje é difícil. Você vai no hospital e não encontra nada. Apesar da pobreza, da extrema pobreza, a saúde era melhor do que hoje, eu acho.

Todavia, os jornais da década de 1960 expõem as dificuldades hospitalares, principalmente no que tange os materiais básicos.

Podemos verificar, por exemplo, a falta de vacinas, equipamento cirúrgico e médico. O *Jornal do Dia* (1960) evidencia a problemática vivida pelos funcionários de hospitais e que, sem sombra de dúvidas, atingia com veemência a população. No dia 26 de janeiro de 1960 houve uma denuncia sobre o descaso em relação aos cachorros

abandonados na rua. Isso implica-nos a concluir, primeiramente, que não havia políticas públicas de contenção de doenças oriundas de animais para os seres humanos e de forma secundária, mas não menos importante, a ineficiência no tratamento em caso de acidentes com animais domésticos abandonados pelas ruas da cidade d São Luís:

Um caso que está merecendo a atenção das autoridades sanitárias da capital, é o combate aos cães vadios, que em grande número passeiam pelas ruas da cidade e dos subúrbios, representando latente perigo para a saúde da população.

Diariamente são registrados muitos casos de pessoas mordidas por cães. E nada se faz para deter essa situação. Os vira-latas proliferam e não são incomodados. Por outro lado, há uma vergonhosa carência de recursos médicos para combater uma possível crise de hidrofobia a que está sujeita toda a população de S. Luís.

O posto de emergência da rua do passeio está completamente desaparecido, sem o material necessário para atender a uma possível emergência; falta vacina antirábica, falta material para aplicação de injeções e falta pessoal competente [...].

Igualmente, dona Maria das Mercês vem com pensamento parecido no dia 10 de fevereiro quando questionada sobre o acesso à hospitais:

Tinha. Os postos tinha. Tinha o benedito leite que era o infantil que a gente chamava. tinha pra consultar os irmãos. Eu que vinha consultar. E sempre teve o soterio dos reis. O soterio dos reis é de muitos anos. Jocelo costa ali na madre deus. Tudo tinha.

Era melhor porque não era difícil como é hoje pra gente arranjar uma vaga. Porque agora o estado não tem mais primário, tá vendo? Aí era melhor esse tempo [...].

Essa visão da dona Maria das Mercês é normal. Tendemos a ter um saudosismo pelo passado e sempre exaltá-lo, devido uma busca impossível de vivenciar o ocorrido na infância que tanto nos fascina.

Porém, segundo o IBGE, a população só passou a contar com índices satisfatórios em saúde e saneamento a partir de 1970.

Foi atribuída essa melhora às intervenções em políticas públicas no campo da medicina preventiva, no avanço em técnicas médico-hospitalares. Ainda assim, há uma disparidade regional (IBGE) que faz a região sudeste e sul, por questões político-econômias, serem mais contempladas. Isso reflete, diretamente, nas periferias de São Luís e seus problemas sanitários.

Os moradores do Bairro da Macaúba, por exemplo, conviviam com muitas adversidades e obstáculos à sobrevivência humana. Dona Maria Raimunda nos contou como era a estrutura desse bairro:

Péssima. Enchia tudo devido aquele valão. A antiga feira da Macaúba é... ficava toda inundada e as casas também todas inundadas. Minha mãe nos botava em cima da cama. Uma cama pra 8 pessoas. Nós ficávamos todo mundo em cima dessa cama porque as casas inundavam e as ruas também. E

não tinha nenhuma estrutura na feira. As carnes eram cortadas em toras de madeiras e quando alagava aquelas todas vinham assim na rua e colocava a vida da gente em risco, mas criança é muito sapeca. Nós banhávamos naquela enxurrada sem ter noção do perigo, né, da doença. Mas foi uma infância muito boa. Muito boa mesmo. (ENREVISTA CONCEDIDA EM 28/02/2017)

Essa situação precária não era exclusividade desse bairro. O *Jornal de Bolso* evidencia em 05/06/1968:

Goiabal – O estado em que se acha o bairro do Goiabal é de amedrontar, até porco segundo o sr. Luís Pestana Correa, ali reside, em virtude do lamaçal. Também o bairro da Macaúba acha-se em situação idêntica. A rua Nossa Senhora da Guia é só lama e buraco. Paciência senhores.

Nesse ponto temos o *Jornal de Bolso* (1968) fazendo seu papel de informar o cotidiano dos moradores dos subúrbios. Entretanto, embora nenhuma mídia seja imparcial, esse periódico deixa-nos evidente que o problemas da capital maranhense tem Nome e Sobrenome, Epitáfio Cafeteira. Ou seja, ele posiciona-se sobre qual lado tem “culpa”, o estado ou município, ficando com este último. Vejamos:

O trem da prefeitura repercutiu na cidade como uma bofetada no pobre e sofredor povo de São Luís. Seiscentos funcionários nomeados pela porta livre da clientela eleitoral, sem necessidade do serviço público e apenas para servir a amigos políticos. E, nós, que pensávamos que essa época havia passado no Maranhão?

Enquanto isso as palafitas de São Luís continuam. Maré e lama invadem os casebres, as ruas abandonadas, o lixo, o descaso pela cidade e o abandono do povo. A Prefeitura é feita para solução de nossos problemas da cidade. O Governo do Estado deve fazer as grandes obras, as que dizem respeito a interligação dos municípios, ao estabelecimento de sistemas educacionais, de energia elétrica e transporte, de segurança geral e de treinamento de pessoal. Os problemas dos municípios são dos Prefeitos e o básico de todos eles é o problema da cidade. Foi para isso que foi feita a autonomia? Foi para isso que foi gritada nas praças públicas a liberdade de São Luís? Foi para assistirmos o enterro da cidade mergulhada na sujeira, no abandono total enquanto o Prefeito toca guitarra, dança iêiê e gosa do ar condicionado do Galaxie Prefeitural?

Não, esta cidade merece mais, muito mais que o sr. Epitáfio Cafeteira. Um equívoco passa e, graças a Deus, só teremos de suportá-lo mais um ano. Mas, certamente, será um ano negro de tristeza para todos nós. O povo de São Luís miseravelmente traído. As ripas murcharam, o desprezo pelo povo está de pé e a Prefeitura ficou mesmo, apenas, com a Estação de onde saem os trens da alegria, o comboio das nomeações de favor, a clientela, o afilhadismo, enfim, o trem do Maranhão Velho com todos os vagões, vagões dos velhos tempos vitorinistas, que têm no senhor Epitáfio Cafeteira a sua versão piorada e atualizada.

Esse trem é uma sombra, mas, é sobretudo um tapa neste grande e heroico povo da cidade de São Luís do Maranhão. (JORNAL DE BOLSO, 19/05/1968)

Evidentemente, a prefeitura de São Luís estava muito aquém de seu papel. Contudo, em situação semelhante temos o governo de José Sarney, eleito em 1966.

Se os problemas de moradia recaíam pela ausência municipal, os de base (transportes, distribuição de água potável, energia elétrica) recaíam sobre o estado. E nesse ponto, ambos eram omissos. Esses serviços, no final da década de 1960 não contemplavam os palafitados das periferias ludovicenses.

Os moradores não tinham, por exemplo, energia elétrica, como lembrou dona Maria Raimunda. A mesma foi questionada sobre sua infância e a resposta foi:

boa demais. Apesar da extrema pobreza e descaso dos políticos, mas era... foi uma infância muito boa. Brincava muito. Não tinha energia quando eu era criança na minha rua, na minha casa. A maré enchia a rua. Aí o dia que a maré era vazante, né nós sentávamos na porta. Quando a lua estava bonita nós íamos brincar de roda e nossos pais ficavam conversando (ENTREVISTA CONCEDIDA EM 28/02/2017).

O *Jornal Pequeno* de 31 de dezembro de 1961 realizou uma matéria com a seguinte frase “nossos maiores problemas”. Nessa reportagem, foram apontados alguns problemas da capital ludovicense. Dentre eles, podemos destacar, justamente, a distribuição de energia elétrica à população que se mostrou ser precário e passível de falhas recorrentes.

Diferentemente do *Jornal de Bolso* (1968), o *Jornal Pequeno* (1961) atribui as dificuldades da cidade de São Luís à má gestão estadual. Ou seja:

O Maranhão é um Estado onde todos os grandes problemas ainda carecem de solução, de objetividade. S. Luís, apesar da proveitosa gestão municipal, sofre as consequências e os reflexos da má administração estadual. [...] A energia elétrica é muito precária. Desaparece, de vez em quando, prejudicando sensivelmente as indústrias e mergulhando S. Luís na escuridão. (JORNAL PEQUENO, 31/01/1961)

É notório, pois, que o cotidiano dos moradores das periferias de São Luís possuía inúmeras restrições e direitos negados pelas administrações estaduais e/ou municipais.

As feiras dos subúrbios da capital maranhense eram, em suma, sujas, mal conservadas e carentes de reformas. Somado a isso, a fiscalização por agentes públicos não nos parece que era uma prioridade dos governantes.

Os problemas das feiras nos subúrbios vão muito além da estrutura física. A falta de higiene colocava, constantemente, a vida dos moradores em risco. Seja por má exposição dos produtos que ficavam à deriva de agentes patológicos, o manuseio sem os cuidados necessários, o calor, a falta de ventilação adequada e outros tantos problemas.

O Bairro da Macaúba, vizinho dos bairros do Goiabal, Lira, Codozinho e Vila Passos, convivia com esse problema estrutural das feiras. Os bairros adjacentes

citados também não estavam excluídos de tal mazela. O *Jornal de Bolso*, em 15 de maio de 1968, assim estampava suas capas:

Outra feira não menos imunda é a da Macaúba; Esta acha-se na mesma proporção daquela. Não há limpeza e muito menos consciência para com os problemas de higienização. O fato já foi levado ao conhecimento das autoridades competentes, todavia, de nada adianta, tudo permanece no mesmo.

Portanto, os problemas enfrentados no dia a dia dos moradores dos bairros periféricos da região central de São Luís eram sistematizados. Em 1963, o então governador Newton Bello, em mensagem à Assembleia Legislativa maranhense, reconhece a ineficácia do aparelho estatal para lidar com os problemas do Maranhão:

Considerando as profundas deficiências sanitárias do Estado, cuja precariedade não lhe permite atender às necessidades mínimas da população maranhense, o Governo elaborou um Plano Trienal de Saúde, que representa a primeira tentativa de programação racional deste importante setor, para o solucionamento dos magnos problemas que lhe estão afetos.

Essas adversidades que atingiam os suburbanos da cidade de São Luís irão desembocar em uma série de tragédias sociais. Foquemo-nos, a seguir, no conjunto de fatores que fizeram surgir o bairro do Anjo da Guarda.

3. DO INCÊNDIO NO GOIABAL AO BAIRRO DO ANJO DA GUARDA:

3.1 Prelúdios de uma Tragédia

Conforme estamos evidenciando no presente trabalho, as condições de vida e moradia nas periferias da região central de São Luís reuniam os “ingredientes” necessários à tragédia.

As casas, em sua grande maioria, eram palafitas e cobertas de palha. Tinham, portanto, circunstâncias ideais para um incêndio. Outrossim, é importante relembramos que a utilização de energia elétrica era artigo de luxo não sendo concedido às populações carentes do bairro do Goiabal, por exemplo.

A princípio, o fato de não haver energia elétrica nos subúrbios ludovicenses nos dá uma falsa ilusão de que a probabilidade de incêndio por conta de iluminação das casas e fiação improvisada seria nula. Entretanto, há outro instrumento produtor de luz com potencial de acidentes tão elevado quanto as fiações clandestinas, a lamparina e a vela. Elas eram usadas em larga escala nas residências palafitadas da capital maranhense. Tornando, pois, o perigo de incêndio uma realidade no cotidiano dos segregados da sociedade de São Luís, visto que o combustível para a lamparina, por exemplo, é altamente inflamável (querosene). Embora não seja possível afirmar com veemência os causadores dos incêndios nesses locais, visto que as perícias para investigar as causas dos sinistros não ocorriam.

O querosene era usado por todos para produzir iluminação nas casas por ser barato, prático e duradouro. Isso pode ser atestado pelo periódico *O Imparcial* onde se tem, para ilustrar, um acidente com vítima fatal. Vejamos:

Uma criança de apenas m ano de idade morreu ontem à tarde numa das enfermarias do Hospital do Pronto Socorro, devido ter ingerido grande quantidade de querosene.

Trata-se do menor Aldo José Silva, filho do Casal Maria Silva e João Batista Pereira, residente no bairro de Fátima, à rua Ademar de Barros. Aproveitando um descuido dos seus genitores, a criança foi para um quarto da casa, tendo ali encontrado, num canto, um itro cheio de querosene, o qual tomou quase todo. (O IMPARCIAL. 11/09/1968).

De acordo com o Jornal *O Imparcial* (16/10/1968), um incêndio acometeu a população do bairro do Goiabal em 14 de outubro de 1968. Todavia, ainda não entraremos nesse assunto. Queremos, pois, atentar ao fato de que não foi o primeiro sinistro ocorrido em casas de palhas palafitadas de São Luís naquela região. No bairro

do Codozinho que fica próximo ao bairro do Goiabal, por sua vez, teve um grande incêndio 10 anos antes da tragédia do Goiabal. Vejamos:

A nossa reportagem foi informada que às 14 horas da tarde de ontem os moradores do populoso bairro do Codozinho foram alvoroçados com a notícia de que na rua Branca, várias casas de palha estavam sendo devoradas por fogo. Para colhemos melhores detalhes, nos dirigimos para o local. Chegando no local da lamentável ocorrência, a nossa reportagem entrou logo em ação e pode colher que o fogo principiara da casa comercial do sr. Abdon Lindoso e que, dado o forte vento e mesmo porque as casas naquele treco são muito unidas, as labaredas fizeram misérias, sem que o carro de bombeiros comparecesse ao local. (JORNAL DO DIA. 21/01/1958).

Fica nítido que os moradores do Codozinho não tiveram nenhum auxílio por parte do poder público para combater algo de natureza tão grave. Seguindo, podemos perceber a luta de pessoas pobres e humildes tentando salvar os poucos pertences que possuíam:

Os moradores daquela rua tiveram que lutar contra todas as dificuldades, pois água ali naquele local só se podia encontrar no chafariz e eles tiveram que dar um duro para impedir que o fogo viesse causar maiores danos. Felizmente conseguiram por abaixo as palhas velhas, o que fez com que o fogo aliviasse mais um pouco. Este, todavia só parou depois de ter atingido a terceira casa, visto que a mais próxima era de telhas. As vítimas do lamentável incêndio, no qual perderam tudo que possuíam, são as seguintes: Abdon Silva Lindoso, Maria Lindoso e Otávio Oliveira, guarda civil [...] (JORNAL DO DIA. 21/01/1958).

Por conseguinte, se temos um incêndio que acometeu moradores do bairro do Codozinho dez anos antes da tragédia do Goiabal, temos, também, um novo acidente envolvendo palafitas na capital maranhense. Dessa vez o sinistro deu-se no bairro da Liberdade. Todavia, ocorreu dois anos após o sinistro do goiabal.



Figura 5: Não é possível ler a reportagem completa. Todavia, o título da matéria deixa claro o incêndio no bairro da Liberdade, subúrbio de São Luís.

Fonte: Jornal de Bolso. 08/01/1970

Infelizmente o *Jornal de Bolso* (08/01/1970) está deteriorado por conta do tempo. Porém, expõe, ainda que de forma ilegível a reportagem por completo, que o problema de palafitas incendiadas em São Luís era algo absolutamente comum que aconteceu antes da tragédia no Bairro do Goiabal e continuou acontecendo posteriormente sem uma intervenção efetiva do Estado.

Os incêndios, pois, estavam presentes no cotidiano dos ludovicenses. Em Outubro de 1968 tivemos dois sinistros. O do bairro do Goiabal no dia 14 de outubro e, um dia depois, no bairro de Fátima.

Obviamente esses acidentes quase nunca tinham uma solução, visto a precariedade dos bairros onde ocorreram e também pelo desinteresse das autoridades em fazê-lo. Vejamos o caso do incêndio um dia após a grande tragédia ludovicense de 1968:

Humilde casebre, localizado na rua Hugo da Cunha Machado, no bairro de Fátima, foi destruído ontem, por um misterioso incêndio... Na ocasião, três menores se encontravam na casa, porém nada sofreram, já que conseguiram sair a tempo.

A proprietária da casa sinistrada, senhora Rita de Cássia Sardinha, tendo necessidade de lavar algumas roupas, deixou em casa seus filhos menores Jos´e Ribamar, de 7 anos, Alexandre Gaioso, de 6 anos e Alcione, de 2 anos, enquanto se dirigia ao poço que ficava próximo. Estava entregue ao serviço quando foi informada, por vizinhos, que sua casa estava sendo devorada pelas chamas. Imediatamente correu, pensando nos seus filhos encontrando já a casa completamente destruída pelo fogo.

Quanto à origem do fogo ainda é desconhecida. Conta Jose Ribamar que juntamente com seus irmãos, estava deitado na cama, do quarto, quando algo caiu no teto. Dirigiu-se então com os irmãos para a rua, para ver quem tinha jogado quando viu o fogo devorando as palhas.

Dado o mistério que envolve o incêndio, as autoridades policiais determinaram que fossem realizadas diligências para apurá-lo. (O IMPARCIAL. 16/10/1968).

Além disso, um mês após as chamas nos bairros do Goiabal e bairro de Fátima, a casa de um operário que morava no bairro fabril do Anil também teve sua casa de palha queimada. Conforme apurou o *Jornal O Imparcial* (15/11/1968):

Um incêndio que durou poucos minutos destruiu ontem pela manhã o casebre do operário José Trindade, situado na Anrora, bairro do Anil.

O fogo, cuja origem ainda é desconhecida, se alastrou rapidamente na palha seca, destruindo completamente a casa daquele operário, não havendo vítimas, pois não tinha ninguém no interior da mesma.

Dessa forma, podemos concluir que as palafitas e casas de palhas eram um problema que não era exclusividade de um bairro ou uma zona da cidade de São Luís. A imagem de uma casa de palha e assoalho era comum e configurava-se no cotidiano e

imaginário dos ludoviceses dos anos 1960 e 1970 tão como os noticiários de residências sinistradas.

3.2 O SINISTRO DO GOIABAL, A CETRAP E O ANJO A GUARDA



Figura 6: Imagem retirada do Jornal *O Imparcial* em sua capa da edição de 16 de outubro de 1968.
Fonte: Jornal *O Imparcial*. 16/10/1968

A foto 6, que estampa o Jornal *O Imparcial* em 16 de outubro de 1968 noticia o incêndio numa periferia central de São Luís, o bairro do Goiabal. Inúmeras casas foram acometidas pelas labaredas e vieram à lama do Rio Bacanga. As palafitas, construídas com madeiras e palha, logo foram consumidas, deixando centenas de pessoas desabrigadas.

Entretanto, há de se salientar na demora da divulgação do triste acontecimento, uma vez que o incêndio deu-se no dia 14 de outubro de 1968 e só veio virar notícia dois dias depois. Ainda assim, temos um ponto positivo: o corpo de bombeiros compareceu ao local para prestar suporte diante do ocorrido. Fazendo, pois, o Estado presente.

Por conta da localização (próximo ao centro de São Luís), o incêndio do Goiabal ganhou bastante espaço nos jornais. Outrossim, a notícia de vítimas fatais foi outro importante ponto que garantiu uma cobertura bem abrangente, por parte da imprensa ludovicense. Segundo *O Imparcial* de 16 de outubro de 1968:

Continua repercutindo em todas as camadas sociais de São Luís o violento incêndio que irrompeu, às primeiras horas da noite de segunda-feira última, no bairro do Goiabal, nesta cidade, de que resultaram quatro mortos,

numerosas pessoas feridas e dezenas de humildes residenciais destruídas pelas chamas.

Devido às proporções de perdas desastrosas tanto na parte material como na suposta perda humana, diversas autoridades compareceram ao local para prestar as solidariedades e suporte aos desabrigados. A exceção foi o então governador José Sarney que se encontrava no Rio de Janeiro.

Diversos setores do governo do Estado do Maranhão uniram-se em prol da diminuição da dor das famílias vítimas do incêndio do Goiabal, embora, posteriormente, ficou claro que não houve mortes, mas muitos feridos. Assim sendo:

Logo que circulou na cidade a notícia do incêndio, diversas autoridades compareceram ao local tomando as primeiras providências em defesa da gente pobre desabrigada. O secretário de Viação, engenheiro Haroldo Tavares, acompanhado de vários dos seus auxiliares, dirigiu, pessoalmente, os socorros, contando com a colaboração do comandante do 24º BC, cel. Hugo Hortêncio de Aguiar, do superintendente adjunto da SUDEMA, jornalista Bandeira Tribuzzi e da dra. Mirtes Haychel, diretora da Fundação do Bem Estar Social, além de outras pessoas. (O IMPARCIAL. 16/10/1968).

Nos primeiros momentos, segundo o jornal *O Imparcial* (16/10/1968), as soluções encontradas pelos governos municipal e estadual foi a união de forças. Os militares ficaram incumbidos de garantir o transporte de alimentos às vítimas e fizeram um cordão de isolamento frente ao prédio que serviu de abrigo, a priori, para os sinistrados. Além disso, o 24º Batalhão de Caçadores e a Polícia Militar doaram camas e cobertas.

Outra preocupação dos governos foi a contenção de doenças epidêmicas. Para isso não ocorrer, o secretário de saúde José Murad deslocou-se ao bairro do Goiabal e elaborou um plano de ação com o objetivo de vacinar os moradores. Portanto:

A equipe de Saúde logo entrou em ação, vacinando dezenas de pessoas contra tifo, varíola e poliomielite, enquanto grande quantidade de medicamentos era distribuída às pessoas necessitadas.

Além dessas medidas, ali esteve também a equipe do Posto Volante da Saúde.

Declarou o titular daquela pasta que o trabalho de assistência aos habitantes do Goiabal vai prosseguir, por mais alguns dias, pois visa colocar os moradores do bairro a salvo de doenças de caráter epidêmico. (O IMPARCIAL. 16/10/1968).

Além das autoridades governamentais, a Igreja Católica teve importante papel, sobretudo no que tange assistência para os alagados do Goiabal. Por conseguinte, tivemos a união dos poderes militares, civis e eclesiásticos para solucionar, paliativamente, o sofrimento causado pelas chamas que consumiram dezenas de palafitas.

Ademais, no dia 16 de outubro, na referida reunião para sanar os problemas em decorrência do incêndio, ficou resolvido, de imediato, que as vítimas do fogo do Goiabal seriam transferidas para a área do chamado Distrito Industrial. Isso foi decidido sem consulta prévia aos maiores interessados (os padecedores). Ficou decidido, também, que as casas do Goiabal não teriam autorização para serem reerguidas, mas essa decisão segundo *O Imparcial* (17/10/1968) teve a participação da União dos Moradores e sua respectiva aprovação. Conseqüentemente, o jornal *O Imparcial* (16/10/1968) completou sua reportagem da seguinte forma:

Em princípio ficou assentado que o arcebispo Dom Mota dirigirá os trabalhos de assistência às vítimas, ficando também resolvido que as famílias desabrigadas serão transferidas para a Cidade Industrial do Itaqui, onde o Governo pretende implantar uma comunidade com mais de 200 mil habitantes.

Outra decisão tomada, segundo o periódico *O Imparcial* (16/10/1968), foi que caberia ao 24º BC de ceder soldados aptos a trabalhar na construção de casas com regime de urgência. Já o material para essas novas residências foi designada a Secretaria de Viação. Para a organização da transferência das famílias desabrigadas pelo incêndio ficou à cargo da Comissão Executiva de Transferência de Populações – CETRAP.

O local foi escolhido para ser o novo lar dos vitimados (região entre o Itaqui e o rio Bacanga) e o secretário de Viação dr. Haroldo Tavares realizou uma reunião com a imprensa da época para expor os projetos e soluções para a tragédia:

Vários representantes da imprensa cidadina estiveram, ontem, em reunião-almoço com o secretário de Viação e Obras Públicas de nosso Estado, dr. Haroldo Tavares. Na oportunidade foi concedida entrevista coletiva, versando sobre os trabalhos magníficos que vem desenvolvendo o Governo do Estado no que diz respeito ao amparo às vítimas do recente incêndio que destruiu os casebres de palha da Madre Deus.

Como se sabe, o Governo do Estado tinha planos para iniciar as construções de casas populares, no Itaqui, no mês de dezembro. Entretanto, com a ocorrência do incêndio que deixou várias pessoas ao desabrigo, o caso tornou-se de emergência, já estando, porém, em andamento todas as obras. Mais de vinte homens, todos vitimas da ocorrência, estão construindo suas próprias casas e ainda são remunerados pelo Governo do Estado, com quantia superior ao salário-mínimo. (O IMPARCIAL. 19/10/1968).

É pertinente analisar as decisões tomadas pelo governo José Sarney, pois há uma grande contradição nas suas tomadas de decisão e nas defendidas pelo *Jornal O Imparcial* (1968), visto que ambos possuíam o discurso de combate às casas de palhas pela cidade de São Luís. Mas, segundo o que relatou o secretário de Viação e noticiou o referido periódico:

As casinhas que estão sendo construídas no Itaqui são de estacas e palhas, tendo em vista serem provisórias, pois no próximo mês de dezembro serão iniciadas as construções das casas de alvenaria, pelo Governo do Estado, em convênio com o BNH.

Quanto ao local, segundo o engenheiro Haroldo Tavares, é realmente excelente, pelo menos em termos de comparação ao da Madre Deus, onde os casebres eram eguidos sobre a lama.

A área do terreno delimitada é para quatrocentos mil habitantes. E quanto à mão-de-obra, serão utilizados os próprios desabrigados do Madre Deus, isto condicionalmente, pois dos que não desejarem se submeter ao trabalho o Governo não fará qualquer exigência, e os que labutarem serão remunerados de acordo com a capacidade do trabalho.

Afora os vinte homens vítimas do incêndio do Madre Deus, inúmeros policiais estão trabalhando no sentido de levar avante com maior rapidez as obras de construção das casas da zona industrial do Itaquí. (O IMPARCIAL. 19/10/1968).

Dessa forma, o próprio governo estadual criou um paradoxo: as vítimas do Goiabal viviam em casas de palha e assoalho sobre o rio Bacanga. Foram transferidas para uma região pouquíssimo habitada, sem infraestrutura alguma para suportar uma habitação que garantisse uma boa qualidade de vida e o modelo de casas não foi modificado. Ou seja, os habitantes do bairro do Goiabal saíram de cima da lama, mas não saíram do estilo de casa precária.

O chefe do Executivo estadual, o então governador José Sarney, mandou uma mensagem de apoio e lamentação pela tragédia do Goiabal. Além disso, ele se deslocou ao Banco Nacional de Habitação para angariar recursos financeiros para a construção de casas de alvenaria na região delimitada para novo lar das vítimas palafitadas.

Dessa forma, no dia 17 de outubro o governador mandou um comunicado oficial que foi publicado pela imprensa:

“Comunico minha profunda comoção pela tragédia sofrida pelo povo do bairro do Goiabal, com incêndios suas casa. Acabo determinar todo o Governo mobilização em socoro das vítimas. Estive hoje no Banco Nacional de Habitação solicitando ajuda construção casas. BNH atendendo ,meu apelo acaba admitir sua participação programa emergência reconstruir casas. Seguirá sábado à São Luís, já levando autorização esse programa Dr. Antonio Trincan. Estou coordenando outros recursos melhor ajudar. Envio todas pessoas atingidas, minha solidariedade, lamentando profundamente doloroso acontecimento. Saudações – José Sarney – Governador” (O IMPARCIAL. 17/10/1968).

A primeira-dama do Estado, Marly Sarney, também se envolveu no caso.

Nas palavras dela:

- “Profundamente chocada tragédia incêndio Goiabal, pedi à Fudação Bem Estar Social do Maranhão dar toda assistência vítimas. Lamento minha ausência ocasionada estado de saúde meu sobrinho e necessidade assistir minha mãe nesse transe. Minha solidariedade todas as famílias atingidas. Marly Sarney”. (O IMPARCIAL. 17/10/1968).

O governo estadual conseguiu recursos junto ao Banco Nacional de Habitações ainda no dia 17 de outubro de 1968. Os representantes do BNH reuniram-se

com o governo e levantaram as devidas informações sobre a tragédia do Goiabal. O número de casas destruídas foi contabilizado em 78 palafitas e 110 famílias foram diretamente atingidas e ficaram sem moradias, segundo *O Imparcial*. Além disso, em 90 dias seriam entregues casas de alvenaria na região do Distrito Industrial do Itaqui em substituição das casas provisórias (de palha).

Todas essas ações ficaram conhecidas como “Plano de Assistência”. Consistiram numa força-tarefa para garantir, de imediato a habitação da nova área do Itaqui. Com isso, o 24º Batalhão de Caçadores incumbiu-se da construção das casas provisórias junto aos próprios desabrigados, a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão comprometeu-se em distribuir água potável, a Secretaria de Saúde montou um posto médico provisório para eventuais primeiros socorros, a Secretaria de Educação colocou em funcionamento uma escola no Distrito Industrial para atender as 110 famílias. Além disso, O Serviço Social coube à Fundação de Bem Estar Social e entidades de caridade como o ROTARY e os clubes de Liona que disponibilizaram cobertores aos flagelados, de acordo com o jornal *O Imparcial* (17/10/1968).

Outro órgão que compareceu à cidade de São Luís para ajudar as vítimas do incêndio foi a Comissão de Alimentos para a Paz que era composto por militares e civis.

Inicialmente a comissão não veio para auxiliar os sinistrados. Porém, acabaram reunindo essa função. De acordo com o Jornal *O Imparcial* (24/10/1968):

Os ilustres itinerantes demorar-se-ão aqui até amanhã e possivelmente falarão na TV DIFUSORA, ocasião em que explicarão ao povo maranhense os motivos e os fins que trouxeram até nós a comissão referida, estando, também interessados em visitar o Goiabal, bairro recentemente vitimado por pavoroso incêndio, que deixou tantas famílias pobres mergulhadas, como se sabe, na mais comovente penúria.

Os representantes do convênio SUNAB/USAID poderão ajudar toda essa gente, com um pouco dos largos recursos de que dispõem.

Oportunamente daremos notícias mais amplas sobre os membros da comissão, cuja presença aqui –estamos certos – só poderá trazer grandes benefícios à nossa terra e a nossa gente.

Com todas essas medidas tomadas, no dia 26 de outubro de 1968 as vítimas do incêndio do Goiabal foram sendo transferidas do abrigo coletivo para as casas de palha provisórias localizadas no Itaqui. Com a manchete “Vítimas de incêndio do Goiabal começam a ser deslocadas”, o Jornal *O Imparcial* (26/10/1968) deu destaque para o trabalho conjunto de soldados do 24º BC, polícia militar e dos futuros moradores da área.

Para se tornar viável a habitação e manutenção dos novos moradores na região, hoje conhecida como bairro do Anjo da Guarda, elaborou mais outros planos:

O programa de emergência, em favor das vítimas, objetiva, inicialmente, evitar que os flagelados continuem num abrigo coletivo, onde foram colocados no momento do sinistro, já estando em construção as Casas definitivas, de alvenaria, no Distrito Industrial do Itaquí.

A Fundação do Bem estar Social, que tem na sua presidência a sra. Marly Macieira Costa e que vem assistindo os desabrigados desde a ocasião do incêndio, cuidará de sua transferência para o outro lado do rio Bacanga.

Na área que lhes foi destinada terão as famílias boas condições de vida, pois embora provisoriamente em casas de palha, terão água potável, iluminação pública, transporte até a Madre Deus, assistência social, escola e posto médico.

O governo está oferecendo também emprego a pais de família desempregados, muitos dos quais já estão servindo na implantação de novos núcleos residenciais. (O IMPARCIAL. 26/10/1968).

Todavia, na prática, algumas medidas não foram colocadas em ação. Para termos como exemplo, a senhora Maria das Mercês foi questionada sobre o modo de deslocamento até a região. De acordo com ela, em entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2017:

Era canoa que nós atravessava. As vezes ficava até 10h, 11h pra pegar uma canoa pra vim pro lado daqui. Atravessava 11h da noite com um irmão num quarto e um saco na cabeça. Que minha mãe vivia de coisar cocô e meu padrasto vivia de fazer carvão, que era seu Capim.

Evidenciando, pois, a dificuldade de se chegar até as residências dos deslocados do Goiabal. Além disso, outra pioneira moradora do Anjo da Guarda, dona Maria Raimunda em entrevista concedida em 28 de fevereiro de 2017 tem o mesmo ponto de vista:

Ah acesso de transporte era uma negação. Era horrível. Só tinha um corujão que era o Itaquí, né. E era muito precário pra gente se locomover logo que surgiu o Anjo da Guarda. As ruas também não tinham estrutura nenhuma. Eram umas ruas todas... eram um areial. As ruas cheias de areia, cheias de toco, a gente vivia com os pés cheios de bicho de porco porque não tinha saneamento... pulga, entendeu? Entrava pulga na pele da gente. Os pés... os dedos dos pés eram cheios de bicho de porco. Eu não vejo mais isso, mas antigamente existia isso e a gente dava muita topada nas ruas... eram mato. Só não existia violência. Eram poucas, não tinha. Mas estrutura era zero.

Ademais, a educação para as entrevistadas não tinha tanta facilidade quanto o noticiado pelo jornal *O Imparcial* (17/10/1968). Dona Maria Raimunda, por exemplo, não teve condições de estudar na região do Itaquí.

Aí quando começou, chegou a época de ir pra escola, aqui no Anjo da guarda não existia, na época, não tinha escola, aí minha mãe resolveu mudar lá pra Macaúba, voltar pra Macaúba. (ENTREVISTA CONCEDIDA EM 28/02/2017).

Os trabalhos da CETRAP definiram, junto ao governo do Estado, um prazo de 90 dias para a construção das casas definitivas destinadas à habitação dos primeiros transferidos para o Distrito Industrial do Itaquí. Contudo, houve um atraso de 90 dias

nas obras. Por consequência, levou 120 dias para as vítimas do incêndio do Goiabal saírem das casas de palhas construídas provisoriamente para as de assoalho e tijolos.

De acordo com o *Jornal de Bolso* (19/04/1969):

A Comissão Executiva de Transferência de Populações – CETRAP iniciará no próximo dia 24 a primeira etapa do Plano de Transferência das Populações alagadas para a Vila “Anjo da Guarda”, no Itaqui. Serão, inicialmente, transportadas as famílias vítimas pelo incêndio do bairro do Goiabal e que ocuparão as 88 casas, já construídas em tamanho de acordo com o número de pessoas nas famílias e os preços foram calculados de modo a que o pagamento, a longo prazo, seja feito de acordo com a renda familiar de cada uma.

O número de casas de alvenaria construídas na chamada Vila Anjo da Guarda é curioso, visto que foram construídas 88 casas para as vítimas do incêndio do Goiabal, sendo que o próprio governo calculou que 110 famílias ficaram desabrigadas. Ou seja, vinte e duas famílias permaneceram nas casas de palhas que, teoricamente, seriam provisórias.

Com o título “Alagados vão amanhã para o Anjo da Guarda”, o *Jornal de Bolso* (23/04/1969) confirmou o noticiário do dia 19 de abril de 1969. Além do exposto, foi a primeira experiência da CETRAP:

Com a entrega hoje às 9hrs, do primeiro conjunto residencial da vila “Anjo da Guarda”, no Itaqui, às famílias vitimadas pelo incêndio do Goiabal, a Comissão Executiva de Transferência de Populações (CETRAP) dará por concluída a sua primeira experiência dentro da missão para que foi criada. A CETRAP é um órgão da SUDEMA e funcionou nessa experiência do Itaqui em colaboração com a Fundação do Bem Estar Social do Maranhã, a Secretaria de Viação e o DER. (JORNAL DE BOLSO. 23/04/1969).



Figura 7: Fotografia das casas de assoalho construídas na Vila Anjo da Guarda e entregues aos alagados do bairro do Goiabal.

Fonte: Jornal de Bolso. (23/04/1969)

A missão da Comissão Executiva de Transferência de Populações – CETRAP- era substituir as casas de palhas, presentes em diversos bairros da cidade de São Luís, por de assoalho construídas na Vila do Anjo da Guarda. Somado a isso (acabar com as moradias insalubres), promover a habitação do novo bairro e garantir o seu crescimento. Assim sendo:

O primeiro conjunto residencial é constituído, mais de oitenta casas, feitas especialmente para abrigar as famílias vitimadas pelo incêndio do Goiabal. O trabalho de edificações da CETRAP vai continuar e os próximos conjuntos abrigarão as outras centenas de famílias residentes nos alagados da capital, como palafitas da Avenida Kennedy, por exemplo.

O programa da solenidade de hoje terá início às 8 horas, quando as autoridades civis e militares e os convidados para essas cerimônias estarão embarcando no porto da Madre Deus com destino à Vila “Anjo da Guarda”, do outro lado do Bacanga, entre o porto e a barragem. Às 9 hs, serão inaugurados, além do primeiro conjunto da vila, o grupo escolar “Japiauçu”, o posto de Saúde “Dr. Sabin”, a unidade de saneamento e a usina de luz. (JORNAL DE BOLSO. 24/04/1969).

É importante salientar que a prefeitura municipal pouco teve participação no processo de transferência dos alagados do Goiabal. A atuação de Epiáfio Cafeteira, então prefeito de São Luís foi restringida, talvez pelo fato dele ser opositor do governador José Sarney e que este último detinha apoio do governo federal à cargo dos militares.

Portanto, todas as manifestações em favor da construção de residências para palafitados da capital maranhense eram vistas, tanto pelo governo estadual como por grande parte da imprensa, como uma política que visava o engrandecimento e promoção do governador.

Vejamos um caso onde houve um conflito entre Cafeteira, governo estadual e os militares:

O seu sonho de querer construir uma obra ciclópica, como a Avenida Atlântica, frustrou-se, como resultado do seu mandonismo e de uma autoridade que não possui. O desejo do Prefeito era também, construir problema para a transferência dos moradores de certos alagados da ilha, para área do Itaqui, daí porque anunciou com ênfase a sua construção. O caso dele era mais um problema político com o Governo e não atenção para com os moradores das palafitas. Mais ele foi construir uma obra lendo direitos do patrimônio da União, além de desrespeitar as determinações das autoridades navais. Ai entrou pelo cano. (JORNAL DE BOLSO. 26/04/1969).

Com isso, podemos perceber que, num primeiro momento pós-incêndio do Goiabal, os governos municipal e estadual compareceram ao local do sinistro para prestar suporte às vítimas. Todavia, no decorrer do processo de instalação e

transferência dos habitantes vitimados pelo incêndio do Goiabal, o governo estadual assumiu a liderança e municipal teve baixa participação no processo.

3.3 A ESCOLHA DA ÁREA, DO NOME E A BARRAGEM DO BACANGA

Durante as pesquisas realizadas no presente trabalho, podemos constatar um consenso de que o desenvolvimento do Maranhão e, especificamente, sua capital, passariam, obrigatoriamente, por um porto naval para escoamento da produção e a criação de um distrito industrial para atrair um maior número de indústrias, gerando emprego, renda e progresso socioeconômico.

Em 1964, o governador Newton de Barros Mello, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa deixou claro seu ponto de vista sobre como o Maranhão iria se inserir na economia brasileira. Segundo ele:

O desenvolvimento do transporte marítimo no Maranhão está condicionado ao término das obras da construção do porto do Itaqui, há muito iniciadas. Não fora a construção da rodovia BR-21 e das estradas estaduais com elas integradas, a Capital maranhense estaria hoje praticamente isolada do interior do Estado e das demais Unidades da Federação, porquanto o Porto de São Luís não oferece mais condições materiais para atender ao escoamento do produto, devido ao seu desaparelhamento e à existência de bancos de areia que impedem a entrada de navios de grande calado. (MENSAGEM ENVIADA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM 1964).

Ademais, o porto de São Luís que o Governador Newton Bello se referia ficava localizado próximo ao bairro da Praia Grande e sua estrutura estava longe de ser ideal para navios de grande porte.

Todavia, Newton Bello conseguiu recursos para a construção do Porto na região do Itaqui e coube ao governo estadual garantir acesso à região, visto que a mesma era desconectada do centro de São Luís devido o rio Bacanga.

Com isso, estava se encaminhando a construção do novo porto da capital maranhense. Em carta à Assembléia, o então governador Newton Bello mostrou-se bastante otimista:

O Governo do Estado conseguiu atrair as atenções do Governo da União para este momentoso problema, o qual está sendo agora racionalmente equacionado, com o prosseguimento, em ritmo acelerado, das obras de construção do Porto do Itaqui, nas proximidades da cidade de São Luís. Obras complementares serão realizadas, cabendo ao Estado a construção da estrada de acesso ao Itaqui e ao DNER a construção da ponto sobre rio Bacanga (MENSAGEM ENVIADA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM 1964).

Apesar do otimismo do governo estadual, a União com seu programa de obras rodoviárias excluiu o Maranhão de boa parte das construções de estradas federais, fazendo o projeto estadual terem empecilhos. O jornal *Correio do Nordeste* (1965) fez pesadas críticas à inoperância do Estado e a negação das verbas advindas do governo federal:

É o Maranhão um dos Estados de mais deficiente rede rodoviária-temos apenas uma rede de 13.000 quilômetros para mais de 200 mil quilômetros quadrados quando o Piauí vizinho, com metade dessa área possui mais de 20 mil quilômetros de estradas. Hoje já se torna desnecessário enfatizar a relevância das vias de comunicação, fatores imprescindíveis e fundamentais do progresso.

Do Governo do Estado só se lhe pode levar o descrédito a inoperância no setor rodoviário que não pequenos contratemplos vem trazendo, em sucessivos anos, à vida econômica do Estado. Mas também a União tem sido madrasta de nossa terra em matéria de rodovias: BR-24 caminha a passo de cágado e as BRs 21 e 22 – de tão grande importância que se podem considerar autênticos eixos econômicos do Estado – continuam também por longos anos inconclusas e qualquer inverno mais forte torna desesperador o tráfego causando pesados prejuízos (CORREIO DO NORDESTE. 31/01/1965).

É notório que o *Correio do Nordeste* (1965) também atrela o desenvolvimento do Maranhão com recursos federais para a construção do porto do Itaqui e estradas interligando-o com outras unidades federativas:

Governo estadual, bancada federal e classes produtoras estão no dever de conjugar esforços para que a União não recuse ao Maranhão os recursos necessários àquelas obras fundamentais. Pois sem esses recursos nossa terra ficará condenada a uma triste estagnação. (CORREIO DO NORDESTE. 31/01/1965).

No governo José Sarney tem-se a mesma lógica do governo anterior. Sarney atribui à industrialização e urbanização os caminhos para se superar uma economia, sobretudo, primária e rural.

Em mensagem à Assembleia Legislativa em março de 1968, José Sarney expõe:

A despeito de ter sua população crescido nos últimos anos a um ritmo que é o mais elevado de todo o Norte-Nordeste o Maranhão tinha uma fraca tendência à urbanização pela debilidade dos setores secundário e terciário de sua economia. Fraquíssima era a estrutura urbanística de suas cidades e mesmo a Capital não reunia condições urbanísticas adequadas quer à sua dimensão populacional quer às suas funções de centro hegemônico da vida administrativa e econômica do Estado.

Desde 1967 vem, portanto, o Governo destinando recursos significativos aos programas de urbanismo tanto na Capital como em diversos municípios do interior tais como Caxias, Pedreiras, Codó, Coroatá, Bacabal e Pinheiro.

Além disso, na mensagem enviada à Assembleia Legislativa, Sarney definiu que o Distrito Industrial seria composto de um bairro industrial:

Na Capital desenvolve-se um plano urbanístico que inclui o Distrito Industrial do Itaqui e área contínua destinada à habitação popular. Estações Rodoviárias e Ferroviárias do Itaqui, e abertura de novas áreas adequadas à expansão urbana, ampliação da infra-estrutura de serviços urbanos, abertura de novas vias de circulação do tráfego e pavimentação do logradouros públicos. No corrente ano esse plano terá prosseguida sua execução com dotações ainda mais significativas[...] (MENSAGEM ENVIADA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO POR OCASIÃO DA ABERTURA DO PERÍODO LEGISLATIVO. MARÇO DE 1968).

Em 14 de setembro de 1968, o jornal *O Imparcial* estampava “Itaqui Habitará 150 mil pessoas”. O governo estadual, naquele período, determinou uma pesquisa que fora realizada por universitários da Universidade Federal do Maranhão – UFMA - com o intuito de delimitar a capacidade da área para futuras transferências de populações de subúrbios da cidade de São Luís.

A estimativa do governo era de que, no prazo de 20 anos, a região do Itaqui obtivesse 150 mil moradores. O economista Antônio Brandão, a pedido da Secretaria de Viação e Obras Públicas, coordenou as pesquisas elaboradas pelos universitários da UFMA com estudos cartográficos e socioeconômicos das áreas passíveis de transferência ao Itaqui.

Outro ponto importante e contraditório da pesquisa é a afirmação que alguns grupos que viriam a habitar o Itaqui seriam camponeses com o advento da Reforma Agrária. Segundo a reportagem do *O Imparcial* (14/07/1968) “Com a colaboração do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) será possível determinar o número dos proprietários rurais já cadastrados”, dessa forma, há uma confirmação da nossa elaboração de que muitos camponeses estavam sofrendo com o processo de grilagem e êxodo rural, sendo deslocados, na capital maranhense, para o novo bairro industrial da Vila do Anjo da Guarda. Havendo, pois, uma contradição, visto que a reforma agrária garante terras aos camponeses e não seu cadastro para deslocamento para a cidade.

O governo Sarney, por sua vez, em 4 de julho de 1968 tomou, em definitivo, a decisão de financiar a habitação da então região do Itaqui que, meses depois, viria a ser chamada de Anjo da Guarda. *O Imparcial* (04/07/1968) assim noticiou a resolução:

O governo do Estado vem de assinar decreto delegando à Fundação do Bem Estar Social a atribuição de projetar e executar os serviços e as obras necessárias à transferência e localização de populações para a faixa de terras situada entre o rio Bacanga e o porto do Itaqui observada a escolha de áreas para habitação popular estabelecida pela Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Esse trabalho será feito através da constituição, pela presidência da Fundação da Comissão Executiva de Transferência de Populações, composta de diretores do DER, SUDENE, SVOP e da Fundação do Bem Estar Social.

O custo inicial do programa será da ordem de 400 mil cruzeiros novos, verba especificada no decreto delegando as obras à Fundação.

Portanto, no momento em que houve o incêndio do bairro do Goiabal, criou-se a oportunidade de dar início ao projeto de habitação da Região entre o Itaqui e o rio Bacanga. Esta região ficou conhecida por Anjo da Guarda.

O elo entre o novo bairro e o centro da cidade de São Luís dar-se-ia pela Barragem do Bacanga e pelo aterramento do porto da Madre Deus, tornando, pois, completo o programa Cidade Industrial do Itaqui com sua respectiva população.

O Jornal de Bolso (20/05/1969) noticiou que “Essa obra é que dará condições de expansão da cidade de São Luís, integrando-a com o grande centro industrial que se localizará na área do Porto do Itaqui” referindo-se à Barragem do Bacanga.

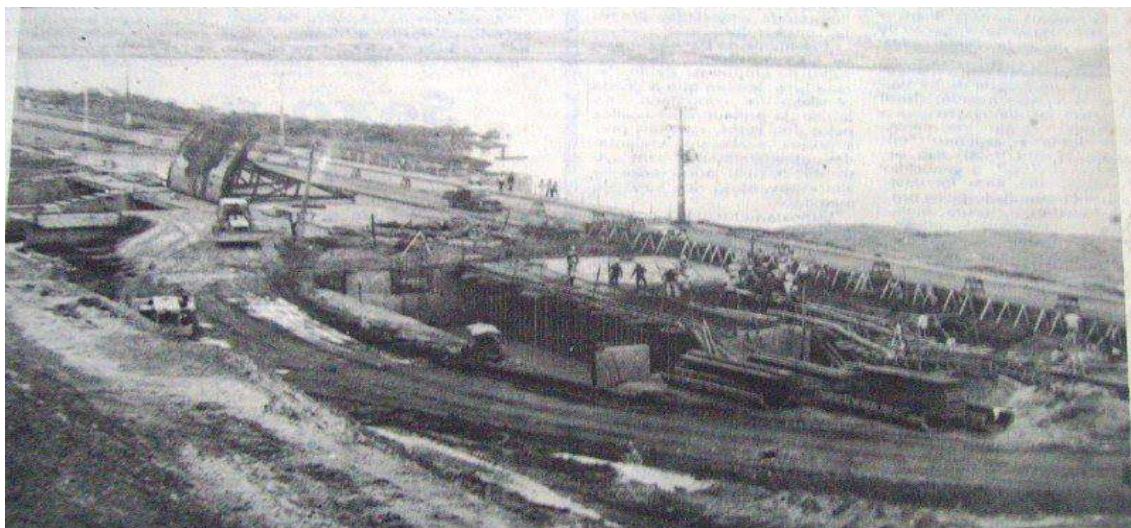


Figura 8: Área da Madre Deus sendo aterrada e ligando-se à margem que dá acesso ao Itaqui-Anjo da Guarda.

Fonte: Arquivo Pessoal

A origem do nome “Anjo da Guarda” é incerta. Em nossas pesquisas três fontes foram encontradas para a explicação de o bairro ter sido nomeado como Vila Anjo da Guarda e, posteriormente, bairro do Anjo da Guarda, devido rápido crescimento demográfico.

O primeiro nascedouro do nome da região teria vindo de Aluísio de Azevedo. Em sua obra “O Mulato” ele assim descreve a região

Fazia preguiça estar ali. A viração do Bacanga refrescava o ar da varada e dava ao ambiente um tom momo e aprazível. Havia a quietação dos dias inúteis, uma vontade lassa de fechar os olhos e esticar as pernas. Lá defronte, nas margens apostas do rio, a silenciosa vegetação do Anjo da Guarda estava a provocar boas sextas sobre o capim, debaixo das mangueiras; as árvores pareciam abrir de longe os braços, chamando a gente para a calma tepidez

das suas sombras.(AZEVEDO, Aluísio de. O MULATO. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00023a.pdf>> . Acesso em: 10/06/2017).

O morador do Anjo da Guarda, jornalista e presidente da Associação Comunitária Itaqui-Bacanga (ACIB), Marciel Gomes realizou, em 2008, uma pesquisa informal sobre o surgimento do bairro do Anjo da Guarda intitulada “Goiabal em chamas. A origem do Anjo da Guarda”. Segundo ele, a região era conhecida como Itapicuraíba e, por conta de um ancoradouro chamado Anjo da Guarda, a nova população moradora adotou esse nome para o bairro recém-criado.

A afirmação dele tem sustentação com a criação do primeiro teatro da área em 02 de agosto de 1979, que recebeu o nome de teatro Itapecuraíba. Portanto:

o Grupo, em 02 de agosto de 1979, consegue inaugurar o primeiro teatro de arena de periferia de São Luís, o Teatro Itapicuraíba literalmente construído palha sobre palha. Paredes de taipa, coberto de palha de buriti e arquibancadas de tábuas. Itapicuraíba é o nome antigo do bairro Anjo da Guarda e significa na língua “tupi-guarani” pedra miúda de pequeno igarapé. (Em: <http://grupogrita.org.br/o-grita/teatro-itapicuraiba/historico/>. Acesso em: 10/06/2017).



Figura 9: Nesta imagem temos o primeiro registro do Teatro Itapecuraíba que está no site do Grupo Grita, responsável pela administração do espaço.

Disponível em: < http://grupogrita.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Teatro_Itapicuraiba_1982.A.jpg>

Acesso em: 10/06/2017

Ademais, a terceira formulação sobre a origem do nome Anjo da Guarda vem pelas moradoras do pré-surgimento do Anjo da Guarda. Dona Maria das Mercês, moradora, hoje do Anjo da Guarda, ao relembrar o local onde morava antes de surgir o bairro assim chamou a região em entrevista concedida dia 10 de fevereiro de 2017

“*Cetrapa* ou *Cetrap* que eles chamavam”. Uma clara referência à Comissão Executiva de Transferência de Populações.

Em suma, podemos atribuir o nome Anjo a Guara advindo de Aluísio de Azevedo e sua obra “*O mulato*”, ao ancoradouro do qual se tem notícia ser denominado Anjo da Guarda que se faziam embarcações na área que era chamada de Itapecuraiá e decorrente da CETRAP, conforme as primeiras moradoras da região que se instalaram na área cerca de oito anos antes do surgimento do bairro oficialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou reproduzir os caminhos que levaram à edificação e ocupação da região entre o porto do Itaqui e a Barragem do Bacanga que ficou conhecida como Anjo da Guarda. Conforme se foi sendo elaborada a redação, houve a evidência do íntimo do historiador no seu ofício de buscar a verossimilhança.

Importante questão foi examinada no decorrer do texto: de onde vieram os moradores do Anjo da Guarda? Vieram das regiões alagadas das periferias centrais de São Luís que, por sua vez, lá estavam como resultado dos processos de grilagem e mandonismos do interior do Estado. Ademais, pela fuga da seca e fome do sertão nordestino.

Igualmente, esses suburbanos da cidade de São Luís, conforme evidenciam as figuras 5 e 6, encontravam-se em completo abandono governamental e jogados à própria sorte, ainda que morassem a poucos quilômetros da sede dos governos estadual e municipal.

A “fuga” do bairro da Praia Grande pelas classes mais elevadas da sociedade está, estritamente, atrelado à modernidade que almejava o governo do Maranhão, visto que a especulação imobiliária era benéfica para os mesmos visto que possuíam recursos para adquirir imóveis na futura área nobre da cidade a preços baixos, causando um maior enriquecimento e prestígio social.

O bairro do Anjo da Guarda é resultado direto do incêndio do Goiabal. Contudo, à medida que analisamos os jornais da década de 1950 e 1960 que circulavam em São Luís e as cartas dos governadores enviadas à Assembleia estadual, percebemos que o surgimento do bairro na região era inevitável devido projeto de expansão urbana que estava em curso com duas frentes de ocupação: sobre o rio Anil e Bacanga. Mas que proferia, como certa, a ocupação da região para o desenvolvimento da capital maranhense.

O sinistro do Goiabal serviu, portanto, para antecipar algo que já era previsto: a criação de um bairro industrial para fornecer mão de obra ao Distrito Industrial do Itaqui e angariar fundos junto à União e Banco Nacional de Habitações.

Outro fator determinante decorrente da criação do bairro do Anjo da Guarda é a revitalização e modernização de São Luís no cenário nacional. E isso passava, na visão dos jornais *O Imparcial*, *jornal de bolso*, *Correio do Nordeste* e *Jornal do Dia*, pelo elo entre Itaqui, centro de São Luís e São Francisco. Sendo o Itaqui, essencial para

aumentar a economia ludovicense e, dessa forma, garantir os recursos necessários ao desenvolvimento da cidade de São Luís.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Cristina Garcia. **Ocupação urbana: invasão ou direito?** Um estudo sobre o bairro Santa Clara. / Maria Cristina Garcia Araújo. – São Luís, 1998.

ARAÚJO, Maria Cristina Garcia. **Processo de ocupação urbana do bairro Santa Clara:** visão epistemológica da história. Maria Cristina Garcia Araújo. – São Luís, 2003.

AZEVEDO, Aluísio de. O MULATO. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00023a.pdf>> Acesso em: 10/06/2017.

BEZERRA, Josué Alencar. **A reafirmação do bairro:** um estudo geo-histórico do bairro do Alecrim na cidade de Natal / Josué Alencar Bezerra. – Natal, RN, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In **Pierre Bourdieu: sociologia.** 2ed., São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz:** escritos urbanos e regionais. Disponível em:<<http://www.secid.ma.gov.br/files/2014/09/S%C3%A3o-Luis-por-um-triz-escritos-urbanos-e-regionais.pdf>> Acesso em: 24 mai. 2017.

CÂMARA, Cidinalva Silva. **O COMEÇO E O FIM DO MUNDO:** estigmatização e exclusão social de internos da Colônia do Bonfim / Cidinalva Silva Câmara. – São Luís, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. Uma leitura sobre a cidade, *Cidades: Revista Científica*. Presidente Prudente, V.1,n.1,p.11-30, 2004.

CASTELSS, Manoel. **A questão urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1975.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Ática, 1989.

CUNHA, Silva Caroline de; LUCENA, Luciano Farias de; SILVA, Rodrigo Aires. **O processo de Segregação Socioespacial de São Luís – MA e suas implicações no bairro Divinéia**. 2014.

DAMIANI, Amélia Luisa. A propósito do espaço e do urbano: algumas hipóteses. , **Cidades: Revista Científica**. Presidente Prudente, V. 1, n.1, p.76-95, 2004.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer** (1980). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Demográficos: Brasil, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 mai. 2017.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. *Revista brasileira de ciências sociais da Associação Nacional de Pós-Graduação*, V.1, p.79-95, 2004.

ENGELS, Friedrich, 1820-1895. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra / Friedrich Engels ; tradução B. A Schumann ; edição José Paulo Netto**. – São Paulo: Boitempo, 2008.

FEITOSA, Danilo da Silva. **Do Bucólico Cutim ao Bairro Anil**. / Danilo da Silva Feitosa. – São Luís, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GALVÃO, Aldazira Sodré. **A implantação do Projeto Grande Carajás e suas implicações na ocupação do solo urbano de São Luís**. / Aldazira Sodré Galvão. – São Luís, 2005.

GISTELINK, Frans. **Carajás: usinas e favelas**. São Luís, 1988.

GRITA, Grupo. **Histórico**. Disponível em: <<http://grupogrita.org.br/o-grita/teatro-itapicuraiba/historico/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

HOBBSAWM; Eric J: “**A ERA DO CAPITAL 1848-1875**”. ed. Paz e Terra 3ª edição. 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. **Censos JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 4.ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento Marxista e a cidade**. Disponível em: <<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2014/03/lefebvre-henri-o-pensamento-marxista-e-a-cidade.pdf>> Acesso em: 23/04/2017.

Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão por ocasião da abertura do período Legislativo. Governador José Sarney. Março, 1968.

Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão por ocasião da abertura do período Legislativo. Governador Newton Bello. 1963

Moreira Losada, Vânia Maria. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/162/16200304/>> Acesso em: 09/04/2016.

PAVIANI, A. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS et al (org .). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1996. P. 182-90.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo B. **Formação do Espaço Urbano de São Luís: 1612-1991**. 2. ed. São Luís: Ed. do Autor/FUNC, 2001. Maranhão, 2004.

SANTOS, Amanda. Processos de modernização e deslocamento compulsório em São Luís. Disponível em:

<<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/5584/1347>> Acesso em: 07/04/2016.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **Estratégias do capital na produção do espaço urbano de São Luís: sobre a verticalização e desigualdades socioespaciais (2000-2010)**. / Luiz Eduardo Neves dos Santos. – São Luís, 2013.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005a.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.

TEIXEIRA, Alexandre Lago. **Sol e Mar: a periferização de São Luís - um estudo de caso**. / Alexandre Lago Teixeira. - São Luís, 1997.

TEIXEIRA, Marlene e MACHADO, Rosa Maria. **CONCEITO DE BAIRRO – unidade popular ou técnica?** / Anuário do Instituto de Geografia. UFRJ, 1986.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. Edward p. Thompson; tradução Denise Bottman. – Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada**/ Loïc Wacquant; [tradução de, João Roberto Martins Filho... et al.]. – Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

Periódicos

CORREIO DO NORDESTE, São Luís, 31 jan. 1965. Geral, p. 04

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 08 jan. 1970. Geral, p. 04

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 15 mai. 1968. Geral, p. 07

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 15 mai. 1969. Geral, p. 03

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 16 mai. 1969. Geral, p. 01

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 19 abr. 1969. Geral, p. 08

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 20 mai. 1969. Geral, p. 02

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 21 mar. 1969. Geral, p. 02

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 23 abr. 1969. Geral, p. 04

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 24 abr. 1969. Geral, p. 02

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 25 abr. 1969. Geral, p. 01

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 26 abr. 1969. Geral, p. 05

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 29 abr. 1969, p. 02

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 3 jun. 1968. Geral, p. 04

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 3 jun. 1969. Geral, p. 02

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 5 jun. 1969. Geral, p. 03

JORNAL DE BOLSO, São Luís, 8 jan. 1968. Geral, p. 04

JORNAL DO DIA, São Luís, 11 fev. 1958. Geral, p. 01

JORNAL DO DIA, São Luís, 21 jan. 1958. Geral, p. 06

JORNAL DO DIA, São Luís, 25 mai. 1969. Geral, p. 04

JORNAL DO DIA, São Luís, 26 jan. 1960. Geral, p. 03

JORNAL PEQUENO, São Luís, 31 jan,1961. Geral, p. 03

O IMPARCIAL, São Luís, 11 jul. 1968. Geral, p. 05

O IMPARCIAL, São Luís, 11 set. 1968. Geral, p. 03

O IMPARCIAL, São Luís, 14 set. 1968. Geral, p. 05

O IMPARCIAL, São Luís, 15 nov. 1968. Geral, p. 04

O IMPARCIAL, São Luís, 16 out. 1968. Geral, p. 03

O IMPARCIAL, São Luís, 17 out. 1968. Geral, p. 04

O IMPARCIAL, São Luís, 19 out. 1968. Geral, p.06

O IMPARCIAL, São Luís, 24 dez. 1968. Geral, p. 04

O IMPARCIAL, São Luís, 24 out. 1968. Geral, p. 05

O IMPARCIAL, São Luís, 26 jul. 1968. Geral, p. 06

O IMPARCIAL, São Luís, 26 out. 1968. Geral, p. 03

O IMPARCIAL, São Luís, 4 jul. 1968. Geral, p. 02

O IMPARCIAL, São Luís, 4 out. 1968. Geral, p. 02

ANEXOS

ANEXO I – Transcrição das entrevistas

Entrevista 1

Nome: Maria das Mercês Idade: 68 anos. Aposentada

En - Pode falar de fome?

Pq – Pode.

Pq - Eu sou Daniel Silva Lindoso, estudante, é é é como é seu nome?

En - Maria das Mercês Pinheiro Dias.

Pq - Quantos anos a senhora tem?

En - Sessenta e oito.

Pq – Sessenta e oito. A senhora nasceu aonde?

En - No bairro da macaúba.

Pq - Bairro da macaúba? Fica próximo ao Goiabal?

En - Não, canto da boiada.

Pq - Certo. Mas fica próximo ao bairro Goiabal?

En - Não, Não. Goiabal ainda fica mais em cima, mais pra lá ainda. Perto da Coreia, do canto da boiada que fica mais.

Pq - Como foi sua infância na Macaúba?

En - Ah minha infância foi muito triste. Muita fome, muita necessidade, tinha dia que nós não *amanhecia* nem o café pra beber. Minha mãe mandava a gente pedir emprestado dinheiro, mas ninguém emprestava. Aí nós ficava *amargando* até minha mãe ir *no* mercado central arranjar verdura pra nós comer. Mandava uma irmã minha ajuntar, ela não queria, com vergonha. E minha mãe tapa – “bora, junta!” – “Ai,

mãe!”. Aí ela não queria (pegar). Aí minha mãe ia juntar verdura, cozinhar na lenha pra nós comer. Todo dia era esse almoço pra nós todas irmãs.

Pq - Sim. E qual era o emprego da sua mãe? O que que ela fazia?

En - Domestica em casa. Lavar roupa em casa de família. Lavava e gomava pra sustentar nós. Mas depois ela não arranhou mais. Ficou mesmo em casa. Nós que começava se virar... eu e a outra irma que trabalhava. Fui trabalhar com 12 anos na fabril. Tá vendo. Aí que eu ganhava o salário e vinha pra sustentar as irmã menor. Aí depois a outra cresceu também, e foi trabalhar no mercado central. A outra (irmã) também começou trabalhar e nossa vida melhorou mais um pouco a nossa situação.

Pq - É, como que era a casa de vocês? Vocês moravam aonde? Como era o estilo da casa?

En - De taipo, de assoalhooo passava um homem em pé por de baixo (da casa). Lamparina que nós *coisava* carvão. Quando não tinha carvão minha mamãe cortava os paus e fazia o comer.

Pq - Sim. A casa de vocês então era de madeira. Era palafita, não?

En - Era palafita nossa casa.

Pq - O bairro da macaúba ali, em si, então tinham muitas palafitas?

En - Eram todas. Todas as casas porque vinha a maré enorme de lua. Ai vinha até lá na feira ali onde seu avô morava. Ali tudinho era maré. Tudo.

Pq - E em termos de educação. Tinham escolas próximas para vocês ou era bem difícil?

En - De ter tinha, mas às vezes a gente não estudava direito porque minha mãe não tinha condição de comprar caderno, comprar lápis. Só a outra minha irmã que estudou mesmo porque minha mãe vendia laranja, batata doce. Foi que a outra ainda se formou e fez o segundo grau. E as outras ninguém fez. Só ela.

Pq - Certo. Quando teve o incêndio do goiabal a senhora ainda morava na macaúba?

En - Morava. Morava ainda. A maior parte dos *morador* vieram pra cá, pra ali pra aqueles conjuntos que tinham. Ali perto do Clodomir (hospital).

Pq - E Por que vocês vieram para o anjo da guarda?

En - Porque minha mãe alugou uma casa primeiro. Eu já tinha família, a outra minha irmã já tinha. Aí minha mãe alugou uma casa e eu fiquei na casa dela lá na macaúba ate pra indenizar. Aí depois que indenizou minha mãe já *tava* morando aqui no anjo da guarda.

Pq - Então o Estado acabou indenizando vocês lá na casa?

En - Foi. Lá na macaúba. Aí minha mãe comprou uma casa pra cá.

Pq - Antes de existir o anjo da guarda em si vocês chegaram a vir pra cá?

En - Viemos. Eu tinha 12 anos quando nós viemos pra cá. Mato, mato, mato. Ela ainda não tinha casa lá da gente. Aí nós viemos pra cá. Minha mãe veio. Só não veio uma irmã que ficou estudando e eu vim com as outras *menor*.

Pq - E como é que vocês vinham? Porque ainda não tinha a ponte da barragem, né?

En - Era canoa que nós *atravessava*. Às vezes ficava até 10h, 11h pra pegar uma canoa pra vim *pro* lado daqui. Atravessava 11h da noite com um irmão num quarto e um saco na cabeça. Que minha mãe vivia de *coisar* cocô e meu padrasto vivia de fazer carvão, que era seu Capim. Era melhor esse tempo a situação aqui porque tinha o cocô, tinha a caça pra pescar, tinha o peixe, pegava cutia, paca, tudo pra gente comer no leite de cocô. Tinha uns *arroz* que eles davam nos postos, a gente recebia e minha mãe fazia no leite de coco, nós comia e era forte. Ah esse tempo era bom quando nós *morava* aqui.

Pq - E em termo de segurança, violência, ocorria muita violência?

En - Não, não. Não tinha não. Até no bairro da macaúba. Eu vinha pra madre Deus pras festas, ia pra floresta, bairro de Fátima e ninguém agarrava ninguém. E esse tempo a policia era em peso. Nesse tempo não era camburão. Era chiquita preta. Era o jipe. Em cada uma praça no centro era dois policial. Nós não *tinha* medo e não tinha essas coisas que tem hoje.

Pq - E em termos de saúde. Posto médico. Como era?

En - Tinha. Os postos *tinha*. Tinha o Benedito Leite que era o infantil que a gente chamava. Tinha pra consultar os irmãos. Eu que vinha consultar. E sempre teve o Sotero dos reis. O Sotero dos reis é de muitos anos. Jocelo Costa ali na madre deus. Tudo tinha.

Pq - Então era melhor ou pior do que é hoje?

En - Era melhor porque não era difícil como é hoje pra gente arranjar uma vaga. Porque agora o estado não tem mais primário, tá vendo? Aí era melhor esse tempo. Você arranjava uma vaga, um emprego de menor. Eu trabalhei com 12 anos em fábrica de serviço pesado. Hoje me dia não tem essa possibilidade. Eu acho mais ruim hoje em dia.

Pq - Quantos irmãos a senhora tinha?

Em - Eram cinco.

Pq - Todos trabalharam desde a infância?

Trabalhamos. Nós todas irmãs trabalhamos.

Pq - E em termos de é é é de trabalho. Quais eram os tipos de trabalhos, por exemplo, que suas irmãs faziam?

En - No mercado central. Lá que elas começaram a trabalhar e eu trabalhei em fábrica, eu.

Pq - Grandes partes dos seus vizinhos trabalhavam no mercado central? Era a maior fonte de renda, não?

En - Não, não. A maior parte dos vizinhos meus não. Era só nós. De lá da macaúba era só nós. Que era minha tia que tinha banca, era as outras e uma ia arranjando pras *zozotras*. E era fácil da gente ganhar dinheiro. Esse tempo melhorou a situação pra nós

Pq - E quando veio pra cá para o anjo da guarda, fazendo uma comparação, a vida era melhor quando vocês se instalaram aqui no início do anjo da guarda. Ainda não era nem anjo da guarda, *né*?

En - *Cetrapa* ou *Cetráp* que eles chamavam

Pq - Então, antes do anjo da guarda era *Cetráp* e a vida era melhor aqui na macaúba?

En - É depois foi que mudou pra anjo da guarda. Aliás, aqui. porque melhorou mais. Minha mãe começou se dedicar de vender laranja. Eu ajudava assim mesmo com marido eu ia ajudar ela. Ela ia com esse dinheiro *pro* rio, tirava passagem que a outra minha irmã morava lá e ela arranjava dinheiro vendendo laranja.

Pq - E em termos de quantas pessoas antes de virar o anjo da guarda, tem uma noção de quantas pessoas já moravam aqui?

En - Já morava uns pedaços que era como uma aqui e outra lá no mercado central de distância. Outra lá na vila nova. Era assim, uma casa bem afastada da outra e ninguém agarrava ninguém. Ninguém estuprava ninguém como agora

Pq - Era mais fácil de arranjar comida?

Era. Tinha o coco direto pra você quebrar. Era melhor

Pq - E na infância lá na macaúba você brincava, quais os tipos de brincadeira, ia pra festa?

En - Eu não tive infância. Eu ia *nas* festas mesmo já de maior. eu não tive infância de moça. E minha mãe não aceitava colega na minha casa. A minha. Aliás, de nós nenhuma. Infância. Não aceitava infância de colega não.

Pq - E quando a senhora ficou de maior, qual era o tipo de festa que a senhora costumava ir?

En - Às vezes eu ia mais com a irmã que morreu. Ia mais de dia. Às vezes. De dia eu ia pra madre deus. Eu tinha uma irmã de sete anos que morreu. Eu dizia: Luiza vai ter uma festa em tal lugar e nós vamos (eu e minha irmã). Aí eu conversava com ela aí eu passava o dia todinho domingo dançando. Sentava ela ali.

Pq - Mas sua mãe sabia disso?

Não. Que eu ia pra festa com ela não. E ela não dizia. É segredo. Mamãe chamava ela e ela: é segredo. Não digo onde eu *tava* e eu nem sei. Assim que ela dizia pra minha mãe. Quando ela morreu eu fiquei sequinha. Fiquei muito apaixonada por ela. Era de 7 anos mas se tu dissesse assim: Luiza é assim. O que foi que Daniel te disse? Não sei. Nem me *alembro*. Pois ela não dizia. Quando ela morreu fiquei muito apaixonada por ela. Demais, demais.

Pq - Entendo. E a vida hoje aqui no anjo da guarda é boa?

En - É. Agora é melhor porque eu já tenho meu troquinho. Tenho meu dinheirinho pra *mim* comer. Como deitada. Tem as associações de idoso que a gente pratica, que a gente vai. Fim do ano a gente ganha cesta. É muito melhor. Melhorou 100%.

Pq - Tá certo. Dona Maria, muito obrigado pela entrevista.

En - Obrigado o senhor também e que o senhor ganhe um bom ponto.

ENTREVISTA 2

Nome: Maria Raimunda Pinheiro Silva. Idade: 56 anos. Autônoma

Pq - Hoje é dia 28 de fevereiro de 2017. Eu falo com... como é seu nome?

En - Maria Raimunda Pinheiro Silva.

Pq - Quantos anos a senhora tem?

En - 56 anos.

Pq - Dona Maria, a senhora nasceu em que bairro?

En - Na Macaúba.

Pq - Em São Luís?

En - São Luís, rua nossa Senhora da Guia.

Pq - Nasceu em casa ou no hospital?

En - Em casa.

Pq - Por que não nasceu no hospital?

En - Porque naquela época as pessoas não tinham muito esse acesso ao hospital. Nós nascíamos através de parteiras

Pq - A senhora teve quantos irmãos?

En - Sete... seis...

Pq - Todos nasceram em casa?

Em - Só uma... A caçula que não nasceu porque era um... considerado parto de alto risco que minha mãe já estava com a idade muito avançada. Já estava com 42 anos. Ia fazer uma cesariana, mas chegou *no* hospital e não deu tempo, foi parto normal. Na maternidade Benedito leite.

Pq - Certo. Como é que era sua infância lá na Macaúba?

En - boa demais. Apesar da extrema pobreza e descaso dos políticos, mas era a a a foi uma infância muito boa. Brincava muito. Não tinha energia quando eu era criança na minha rua, na minha casa. A maré enchia a rua. Aí o dia que a maré era vazante, né nós sentávamos na porta. Quando a lua estava bonita nós íamos brincar de roda e nossos pais ficavam conversando.

Pq - E como eram as relações entre os vizinhos?

En - Boa.

Pq - Era boa?

En - Era. Era muito boa.

Pq - Existia algum conflito, não?

En - Não. Não existia conflito. Nós nos considerávamos parentes.

Pq – É é é é como é que era o bairro em si...a estrutura do bairro da Macaúba?

En - Péssima. Enchia tudo devido aquele valão. A antiga feira da Macaúba é é é ficava toda inundada e as casas também todas inundadas. Minha mãe nos botava em cima da cama. Uma cama pra oito pessoas. Nós ficávamos todo mundo em cima dessa cama porque as casas inundavam e as ruas também. E não tinha nenhuma estrutura na feira. As carnes eram cortadas em toras de madeiras e quando alagava aquelas todas vinham assim na rua e colocava a vida da gente em risco, mas criança é muito sapeca. Nós banhávamos naquela enxurrada sem ter noção do perigo, né, da doença. Mas foi uma infância muito boa. Muito boa mesmo.

Pq - Quando a senhora ia pra feira da Macaúba, é... o que que a senhora olhava lá e que hoje em dia a senhora percebe que não era ideal na feira devido as condições?

En - A sujeira. O descaso. Muita lama.

Pq - A feira foi planejada pelo governo ou nasceu espontaneamente pela população que a senhora lembre?

En - Eu não lembro. Eu não sei se foi pelo governo. Mas eu creio que tenha sido espontânea pelos moradores. A segunda, a nova feira que eu não sei se ainda existe que fizeram ali no caminho da boiada que foi planejada pelo governo. Mas a primeira acho que não. A primeira foi nascendo com... botando barraquinha aqui, outra barraquinha ali de madeira, não tinha muita estrutura, muita lama, muita mosca... era um caos.

Pq - É... o bairro, ele tinha ruas asfaltadas, sistema de esgoto, energia?

En - Não. A Macaúba, a rua nossa senhora da guia não tinha asfalto. A rua era, como eu to te falando, vinha a maré, né. Então não tinha asfalto. Tinham aquelas pontes. Tinham umas pontes nas palafitas que nós atravessávamos pra rua Guimarães Passos pro outro lado da rua, em direção à Kennedy. Tinham umas pontezinhas de madeira, as palafitas por onde nós nos locomovíamos.

Pq - Como era sua casa? A senhora pode descrever? Ela era de madeira, de alvenaria...

En - Era de taipa. De taipa... de... de assoalho. Devido a maré era de assoalho.

Pq - Era em cima do mangue?

En - Era. Era. Era assoalho.

Pq - É...Existiam vários bairros ali perto né, além da Macaúba que são... a gente conhece praticamente só bairro da Madre Deus em si, né, como grande bairro e esses bairros menores a gente não... acaba que quem não vai nessa região não conhece, né? Como é o caso da Macaúba, Lira, Belira é... o Goiabal... são bairros que a gente praticamente não ouve falar hoje em São Luís, mas naquela época eu creio que sim, as pessoas sabiam. Como que era esse complexo de bairros? todos eram dessa mesma forma? Tanto Lira, Belira, Goiabal?

En - Não, o Goiabal era. O Lira já era mais estruturado. Lira e Belira já tinham uma certa estrutura, entendeu? Eu era criança, mas o Goiabal não tinha nenhuma estrutura também não. Na época tinha uma área no Goiabal que eu me lembro que chamava “come fendendo”, entendeu? Ficava no Goiabal. Era ali próximo, se não me engano, perto do cemitério. O cemitério dá... ai como era o nome do cemitério? Me deu

um branco. Sim, ali era chamado de come fedendo porque diz que o bairro fedia muito. Aí apelidaram de come fedendo.

Pq - No caso o Goiabal é... fica mais ou menos onde hoje? Onde seria hoje?

En - O Goiabal? Ali próximo a Madre Deus descendo aquela rua é... ao lado ali do cemitério, quem vem sair aqui onde tem... onde antigamente era chamada Febem. Ali tudo era Goiabal. Próximo ali atrás daquela Polícia Federal que tem na areinha. Ali tudo era Goiabal .aquelas ruas, aquelas ruelas.

Pq - Aquela avenida vitorino Freire é... hoje em dia é conhecido como bairro da areinha, né? Porque que é conhecido como bairro da areinha? A senhora tem noção? Antes disso como era aquela região?

En - E.. quando começaram a construir ali eu... eu andei muito ali a pé que eu estudava ali no Cema da avenida Kenedy que antigamente a gente chamava de Cema (centro educacional do Maranhão) e eu ia andando por ali. Tinha muita areia de um lado e do outro, era só areia. Acho que daí que surgiu o nome areinha. Porque tinha muita areia, muita areia.

Pq - Também ali na Madre Deus tinha um porto que hoje em dia não tem mais, né. Como é que a senhora via esse porto?

En - Esse daí eu não lembro porque eu não ia muito na Madre Deus, porque eu era criança. E eu não vivia assim na Madre Deus. Algumas vezes eu fui com minha irmã mais velha, mas eu não vivia muito na Madre Deus. Mas também sem nenhuma estrutura. Se não me engano tinha uma barragem cheia de tabatingas também com palafitas... isso eu não lembro muito bem não. Ah, lembrei o nome do cemitério. Cemitério do Gavião.

Pq - Como que era a questão de educação? Eu percebo que a senhora tem uma fala, uma boa dicção. Como que era a educação naquela época para os jovens?

En - Ah eu achava melhor. Era mais rígido. Era tudo diferente de hoje, né, as normas, as leis, apesar da gente apanhar bolo de palmatória... existia isso na minha época, mas eu achava bem melhor. Mas a minha educação também vem do hábito da leitura. Eu li muito. Eu sempre gostei de ler e apanhei muito porque eu lia. Eu lia escondido da minha mãe. Minha mãe não queria deixar eu ler diz que pra eu não

aprender safadeza. Apanhei muito, muito, muito porque eu gostava de ler romances, telenovelas, fotonovelas. Apanhei muito.

Pq - Sua mãe ela sabe ler? Seus irmãos também? Todos tem é... ensino médio completo que era o segundo grau?

En - A minha mãe é analfabeta. Analfabeta, não sabe fazer o A. as minhas irmãs todas não tem nem o ensino fundamental completo que antigamente se chamava 1ª série, 2ª série. Uma tem a 2ª série... 2 ano que chamava primário a outra tem o terceiro. Eu fui a única que teve o ensino médio completo. A gente chamava 2º grau na época.

Pq - Quais as dificuldades pra poder estudar?

En - Pra mim foram muitas. porque eu não tinha quem me desse nem o lápis. Eu tive que trabalhar aos 11 anos no mercado central, né, como ajudante daqueles quiosques entregando cafezinho pra os cabocos da Maioba que chegavam de madrugada e eu ia trabalhar com minha tia que tinha o quiosque pra ganhar pra poder ter o dinheiro pra eu comprar um lápis, uma caneta. Foi muito difícil pra eu concluir o meu hoje ensino médio. Muito difícil. Eu estudei no Liceu Maranhense . E, na época, era muito difícil ingressar no Liceu. Tinha o exame de admissão. É...Faziam-se provas em duas etapas, como o vestibular. Muito difícil. Só entrava quem tinha capacidade pra estudar no Liceu Maranhense. Porque era uma honra pra qualquer adolescente estudar no Liceu.

Pq - E como é que era o acesso à saúde? Por exemplo, a senhora me falou que o bairro da Macaúba ele tinha uma estrutura precária. Então, eu creio que muitas pessoas acabavam ficando doentes e nem sabiam por que de tal doença. As pessoas procuravam o hospital? Era fácil o acesso ao hospital? Tinham muitos hospitais que atendiam à população?

En - Na época era mais fácil do que hoje. Porque hoje existe o Samu que é a mesma coisa que nada. Na minha época tinha o centro de saúde doutor Paulo Ramos. Era um hospital, um centro de saúde muito bom porque tinham todas as especialidades médicas. Você chegava, ia de madrugada? Sim, ia-se de madrugada, mas você consultava no mesmo dia, entendeu? Você não precisava pegar um encaminhamento num clínico geral pra você ir num reumatologista, pra levar a criança numa outra especialidade, entendeu? Um adulto... tinha tudo. Fazia-se raio-x. tinha também no Lira

um posto de saúde chamado posto de saúde do Lira. Lá tinha pediatria, consulta infantil, davam sopa, distribuíam sopa aos moradores. Eram bem mais fácil do que hoje. Muito mais fácil do que hoje pra você conseguir uma consulta, uma vacina. Hoje é difícil. Você vai *no* hospital e não encontra nada. Apesar da pobreza, da extrema pobreza, a saúde era melhor do que hoje, eu acho.

Pq - E a infância? A senhora falou que trabalhava, mas tinha algum momento de diversão? Quais eram as diversões que tinham?

En - Ah tinha...esses momentos que nós brincávamos de casinha... hoje ninguém mais brinca. As meninas, nós meninas íamos brincar de fazer comidinha, entendeu? Cada uma levava um pouco de *lanchizinho* e brincávamos muito de roda à noite, muito. Até hoje minha mãe aos 92 anos, nós ainda lembramos das músicas, das cantigas de rodas que nós cantávamos durante à noite. Minha infância ela foi muito boa.

Pq - É...a sua infância ela foi toda no bairro da Macaúba ou teve outro bairro?

En - Só na Macaúba. E antes também nós morávamos...hoje chamado Anjo da Guarda, mas na época não era Anjo da Guarda, era Cetrapo. E tinham uns sítios e nós morávamos aqui. Aí quando começou, chegou a época de ir pra escola, aqui no Anjo da guarda não existia, na época ,não tinha escola, aí minha mãe resolveu mudar lá pra Macaúba, voltar pra Macaúba. Mas a minha infância foi muito boa. A escola...E em termos de educação eu achava melhor também. Não estudava quem não queria.

Pq - Aqui no Anjo da guarda como era a relação, né? Na verdade ainda não era Anjo da Guarda, era *Cetrapo*. Como que era a relação das pessoas morando aqui? Existiam muitas famílias, é... o governo dava alguma assistência, existia transporte pra vocês virem pra cá e se deslocarem para o centro da cidade? Como é que era?

En - Ah acesso de transporte era uma negação. Era horrível. Só tinha um corujão que era o Itaquí, *né*. E era muito precário pra gente se locomover logo que surgiu o Anjo da Guarda. As ruas também não tinham estrutura nenhuma. Eram umas ruas todas... eram um areal. As ruas cheias de areia, cheias de toco, a gente vivia com os pés cheios de bicho de porco porque não tinha saneamento... pulga, entendeu? Entrava pulga na pele da gente. Os pés... os dedos dos pés eram cheios de bicho de porco. Eu

não vejo mais isso, mas antigamente existia isso e a gente dava muita topada nas ruas... eram mato. Só não existia violência. Eram poucas, não tinha. Mas estrutura era zero.

Pq - Certo. É... então muito obrigado pela sua entrevista e tenha uma boa tarde.

En - Por nada. Eu que agradeço. Se eu puder servir para ajudá-lo.